



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº 1067

Capital Social: 700 000 000 euros

Pessoa Colectiva nº 500 204 128

Sociedade Aberta

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADE E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

JANEIRO A JUNHO DE 2005

SEGUNDO AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO



Mensagem do Presidente Executivo

“Mais uma vez, a Sonae Indústria apresenta resultados positivos no 1º semestre de 2005 de 23 milhões de euros. Este desempenho resulta da estratégia que tem sido seguida, em particular com um enfoque na margem e não na quota de mercado, na contenção de custos e no reforço da estrutura financeira da empresa.

Como antecipado no meu último relatório, as medidas necessárias para se conseguir a autonomização financeira do accionista de referência foram finalizadas no primeiro semestre do ano, criando as condições necessárias para o *spin-off* da Sonae Indústria.

Apesar de um bom nível global de actividade, foi notado, nomeadamente em França e na Alemanha, um abrandamento na procura que foi compensado com volumes de vendas mais elevados nos outros mercados. Acreditamos que a procura nessas regiões irá aumentar nos últimos meses do ano. Ao nível do preço, verificamos um ligeiro aumento do preço médio dos nossos produtos. Relativamente aos custos variáveis, após um aumento significativo no 1º trimestre de 2005, não houve grandes mudanças.

Os movimentos de consolidação no nosso sector aceleraram: a alemã Pfeleiderer comprou a também alemã Kunz (com operações na Alemanha e no Canadá), a espanhola Finsa comprou a portuguesa Jomar e a belga Unillin foi comprada pela norte-americana Mohawk. Acompanhamos atentamente estes movimentos e iremos analisar qualquer oportunidade que possa contribuir para melhorar a nossa posição competitiva.

Para concluir, quero referir o nosso último Encontro Internacional de Quadros que se realizou nos últimos dias de Junho. Ficamos satisfeitos por ver o empenho de todos na concretização dos objectivos financeiros e operacionais definidos e na aceitação dos desafios adicionais para o futuro próximo: Inovação, Eco-eficiência e Comunicação Interna. Tenho confiança na motivação da equipa de quadros, que tenho o privilégio de coordenar, para continuar a desenvolver os nossos negócios. “

Carlos Bianchi de Aguiar, Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria



ENQUADRAMENTO

O desempenho da Sonae Indústria no 1ºS'05 confirmou a tendência de 2004: volumes elevados, preços estáveis e aumento dos custos variáveis, em consequência do custo elevado do petróleo.

No 2ºT'05, os volumes de vendas (m³) cresceram 1,2% face ao 1ºT'05 e desceram 3,1% em relação ao 2ºT'04. Comparando com o 1ºS'04, houve um contributo positivo das vendas na Alemanha (+0,7%), Brasil (+3,8%) e África do Sul (+14,1%), enquanto que na Península Ibérica (-5,9%), Reino Unido (-8,5%), França (-5,7%) e Canadá (-0,4%) se verificou uma situação inversa.

Por produto e em termos comparativos com o último trimestre, o PB (+6,5%) e o MDF (+4%) aumentaram os volumes de vendas, enquanto as vendas do OSB desceram (-7%).

O preço médio apresenta um aumento de 0,7% em relação ao primeiro trimestre de 2005. Quanto à tendência de preços, os produtos derivados de aglomerado de partículas mantiveram a evolução positiva registada desde o último trimestre de 2003, enquanto que os preços do OSB sofreram uma forte pressão desde Março. Durante o trimestre, os preços do MDF mantiveram-se relativamente estáveis apesar da diminuição da procura de *flooring*.

Neste semestre, a manutenção do preço do petróleo a níveis elevados continuou a afectar negativamente os custos variáveis, sobretudo o das resinas, o qual sofreu um aumento de cerca de 20% face ao 1ºS'04 e de 2,7% em relação ao 1ºT'05. Os custos da madeira estabilizaram, com a excepção do Brasil onde se mantêm sob pressão.

Durante o trimestre, a Dívida Líquida aumentou em 3 milhões de Euros, devido a um fundo de maneo mais elevado associado ao aumento do nível de actividade.



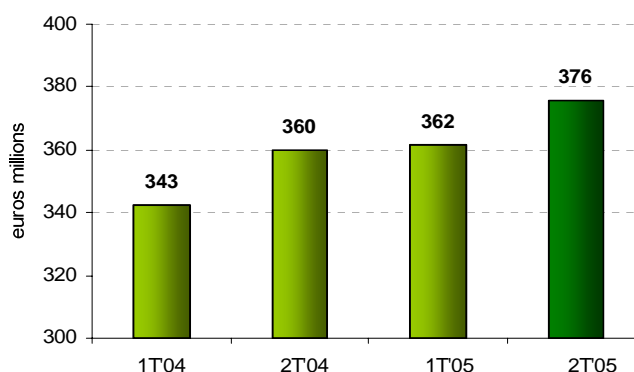
ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

O **Volume de Negócios** do 1ºS'05 ascendeu a 737 milhões de euros, uma descida de 1% face ao 1S'04. Numa base comparável, excluindo a Gescartão, o volume de negócios aumentou 5%, face a 702 milhões de euros. Preços médios mais elevados compensaram volumes de vendas (-2,1%) ligeiramente inferiores.

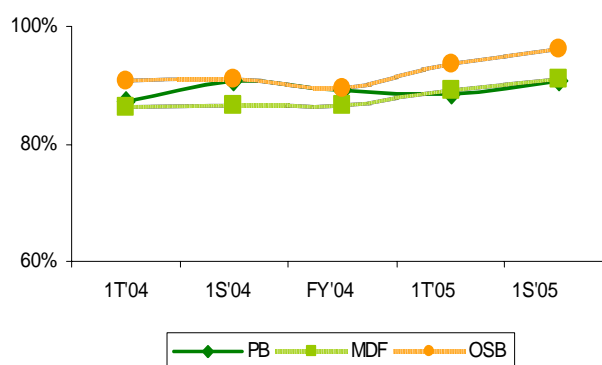
No 1ºS'05, a **Utilização de Capacidade** atingiu um nível consolidado de 91%, comparável com 90% no período homólogo de 2004 (utilizando as capacidades nominais das fábricas em 2005). O MDF e o OSB registaram os maiores incrementos na taxa de utilização, 4 pontos percentuais e 5 pontos percentuais, respectivamente.

O **EBITDA** atingiu 116 milhões de euros no 1ºS'05. Face ao período homólogo de 2004, registou-se um aumento de 6%, influenciado por proveitos associados a actividades não recorrentes de 12 milhões de euros, resultantes da alienação das acções da Gescartão e da Tafisa durante o 1ºT'05. Numa base comparável e excluindo o contributo da Gescartão em 2004, O aumento do

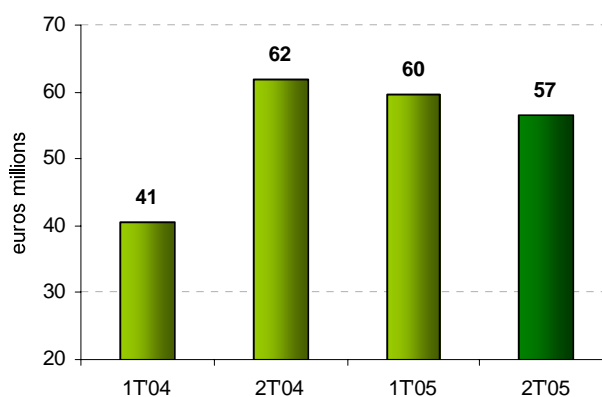
Volume de Negócios sem Gescartão



Utilização da Capacidade



EBITDA da Sonae Indústria sem Gescartão





EBITDA foi de 13%. Este valor representa 15,7% do volume de negócios, que compara com 14,6% no período homólogo de 2004.

Os **Resultados Antes de Impostos** aumentaram em 20 milhões de euros. Esta evolução reflecte uma variação positiva de 6 milhões de euros dos resultados operacionais e uma redução de 14 milhões de euros nos custos financeiros líquidos. Excluindo a Gescartão, os resultados antes de impostos melhoraram em 24 milhões de euros.

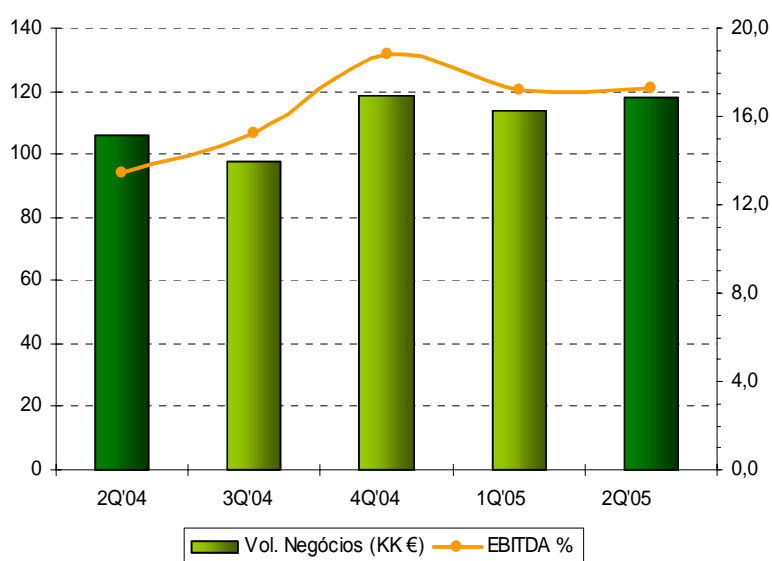
Os **Resultados Líquidos** (após interesses minoritários) aumentaram 6 milhões de euros para 23 milhões de euros. Excluindo a Gescartão, os resultados líquidos aumentaram 8 milhões de euros.

A **Dívida Líquida** aumentou em 23 milhões de euros durante o 1ºS'05, devido a uma menor utilização da securitização da carteira de clientes e de *factoring* (26 milhões de euros) e a um fundo de maneo mais elevado em consequência de um aumento do nível de actividade.

ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

PENÍNSULA IBÉRICA

O volume de negócios consolidado da Península Ibérica aumentou em 7,6% face ao período homólogo do ano transacto. Algum volume de produtos “commodity” foi vendido nos mercados de exportação a fim de retirar a pressão sobre os preços locais que foram, em média, superiores aos do ano anterior.





O volume de negócios de actividades associadas ao negócio principal (HPL, componentes para mobiliário, *flooring*, produtos químicos ou madeira) registou um excelente desempenho com um aumento médio de 11% em relação ao 1ºS'04.

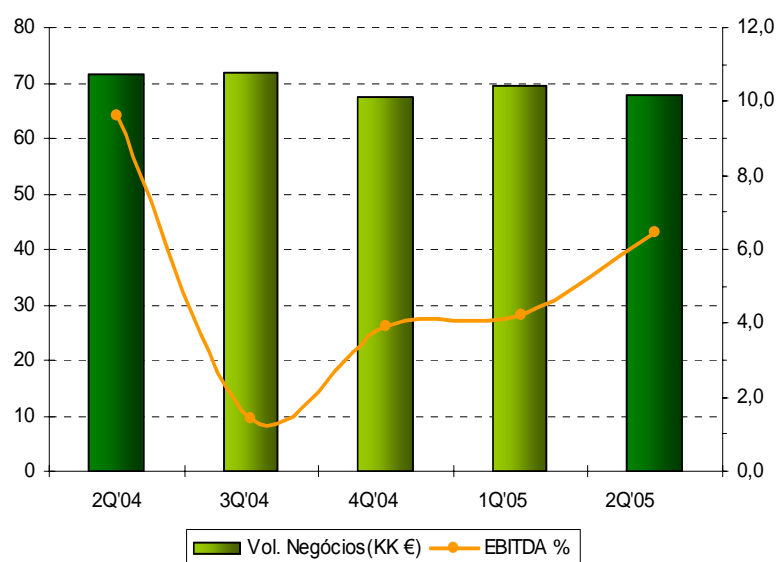
A produção durante o 1ºS'05 foi idêntica à do 1ºS'04, mantendo excelentes níveis de eficácia, enquanto o impacto sobre os custos variáveis dos aumentos previstos para os preços dos combustíveis e dos produtos químicos (relacionados com o preço do petróleo) foi minimizado sobretudo através de melhores custos de madeira no aglomerado de partículas. Isto foi alcançado através de investimentos relevantes em unidades de reciclagem, gestão própria de actividades florestais e desenvolvimentos técnicos para permitir uma proporção mais elevada de consumo de eucalipto. Assim, os custos variáveis médios foram apenas 3% superiores aos do 1ºS'04 apesar da evolução do preço do petróleo durante os últimos 12 meses.

O EBITDA operacional do 1ºS'05 – excluindo efeitos não-recorrentes – foi de 33,2 milhões de euros, 22% acima do 1ºS'04, apoiado por um bom desempenho geral.

FRANÇA

A produção durante o 1ºS'05 foi afectada por diversos factores, nomeadamente pelo Inverno rigoroso, alguns problemas técnicos e a fraca procura durante o 2ºT'05.

Apesar da redução dos volumes de vendas durante o 1ºS'05 em relação ao mesmo período de 2004, o volume de negócios foi semelhante graças ao aumento de 4% do preço de venda médio fruto de esforços significativos para melhorar o *mix* de produtos.



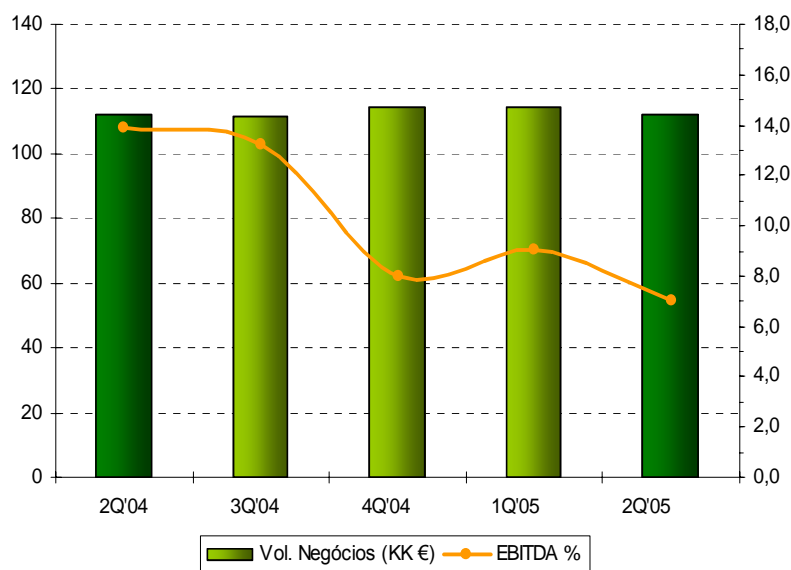
Os custos variáveis sofreram o impacto do custo da madeira e do preço do petróleo a níveis elevados que afectou os custos dos produtos químicos e combustível.



No primeiro semestre de 2005, a operação francesa gerou um EBITDA de 7,3 milhões de euros.

ALEMANHA

Durante os primeiros seis meses deste ano, a procura de aglomerado de partículas crú e revestidos a melamina e MDF nos principais segmentos do mercado alemão, retalho e indústria, foi inferior à registada no 1ºS'04, tendo no entanto a Glunz conseguido reforçar a sua posição no mercado. Os volumes de vendas e de negócios da Glunz



aumentaram 2% vs. o ano de 2004, apesar de uma descida significativa do preço do OSB, uma vez que as menores vendas de OSB na Alemanha foram mais do que compensadas por volumes de exportação adicionais para os mercados norte-americanos.

Todas as fábricas operaram a um nível elevado de utilização da capacidade produtiva – a produção total aumentou em 1,9% vs. 2004. O volume de negócios associado à venda de MDF e de PB melhorou no primeiro semestre, enquanto que o excelente nível atingido pelo OSB no ano anterior não pôde ser mantido, devido ao maior volume de exportações com rentabilidade mais reduzida e vendas inferiores no mercado alemão.

Em quase todos os grupos de produtos, os preços de venda médios aumentaram face ao 1ºS'04, uma vez que aumentos de preço tiveram de ser passados para o mercado, na sequência de aumentos significativos do custo de matérias-primas, nomeadamente cola, produtos químicos e energia.

A rentabilidade da operação alemã no 1ºS'05 foi inferior à do período homólogo de 2004.

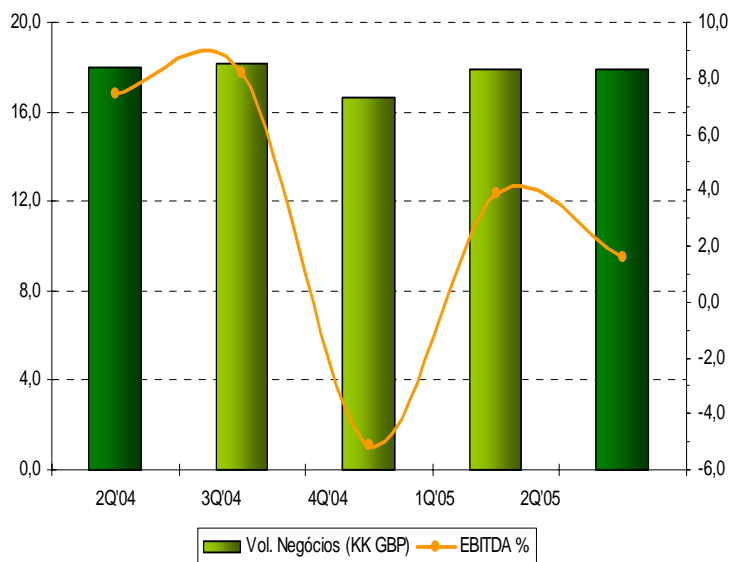


REINO UNIDO

A economia britânica no 1ºS'05 apresentou níveis de crescimento reduzidos. O aumento das taxas de juro durante 2004 impactou a confiança do consumidor, com reflexos no consumo e no número de casas vendidas e seu preço.

Os volumes de vendas foram 9% inferiores aos do período homólogo de 2004, embora os

preços médios subissem em consequência do melhor *mix* de produtos e dos aumentos significativos dos custos com matérias-primas que foram repassados aos clientes.



Os volumes de produção foram inferiores em 7,5% aos do período homólogo de 2004, reflectindo sobretudo o encerramento anual para manutenção das duas unidades. O nível de utilização de capacidade em Knowsley foi afectado por problemas de falta de paragem da unidade associada à utilização de uma grande percentagem de madeira reciclada (97%).

No entanto, o investimento num sofisticado processo de limpeza da estilha e em equipamento de transporte, concebido para resolver estes problemas, foi concluído em Julho e terá um impacto positivo sobre a utilização de capacidade e a produtividade no 2ºS'05.

A taxa de utilização da fábrica de Coleraine diminuiu em 5 pontos percentuais para 87% também devido ao aumento do uso de material reciclado para 47%.

Os custos de matéria-prima para a madeira sofreram uma redução de 1,5%, mas as resinas e a electricidade tiveram aumentos de 14% e de 56% respectivamente quando comparadas com 2004.

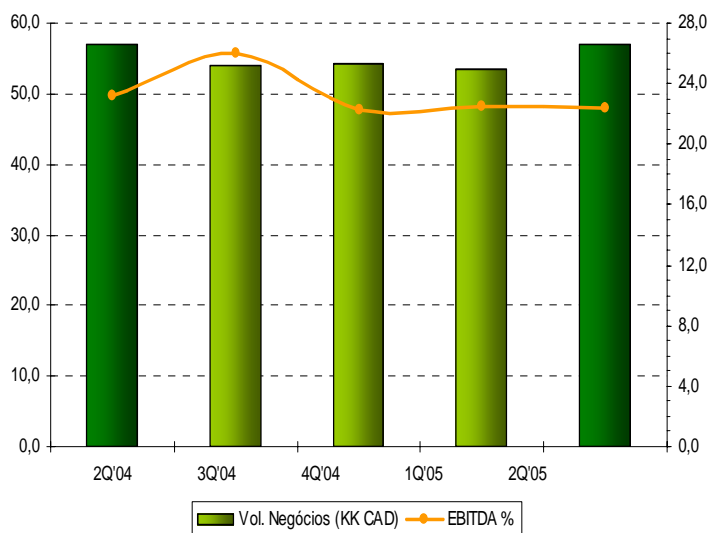


CANADÁ

O mercado norte-americano de aglomerado de partículas apresentou no 1ºS'05 alguns sinais de enfraquecimento da procura com entregas 5% inferiores ao nível do 1ºS'04.

Durante o 2ºT'05 verificou-se uma diminuição do preço de referência do aglomerado cru em todos os mercados norte-americanos após um período de estabilidade durante o primeiro trimestre. Este declínio foi substancialmente

mais importante na costa oeste da América do Norte mas também afecta a costa leste onde a nossa fábrica está localizada.



A procura de aglomerado cru para a Tafisa Canada diminuiu no 2ºT'05 após um primeiro trimestre forte, sobretudo pela parte de fabricantes de *kits* de mobiliário que continuam a ser afectados pelas importações chinesas. Por outro lado, a procura de painéis revestidos a melamina para a Tafisa Canada tem-se mantido forte desde o início de 2005, suportada na construção para habitação que se manteve a níveis elevados no Canadá e nos EUA.

O volume de negócios em dólares canadianos manteve-se num nível semelhante no segundo trimestre de 2005 por comparação com 2004, enquanto os volumes foram 3% inferiores aos do ano passado. A fragilidade do USD compensou parcialmente os efeitos favoráveis do volume de negócios expresso em dólares canadianos. No entanto, foi possível aumentar o “hedging” natural através do aumento das compras de matérias-primas e serviços em USD.

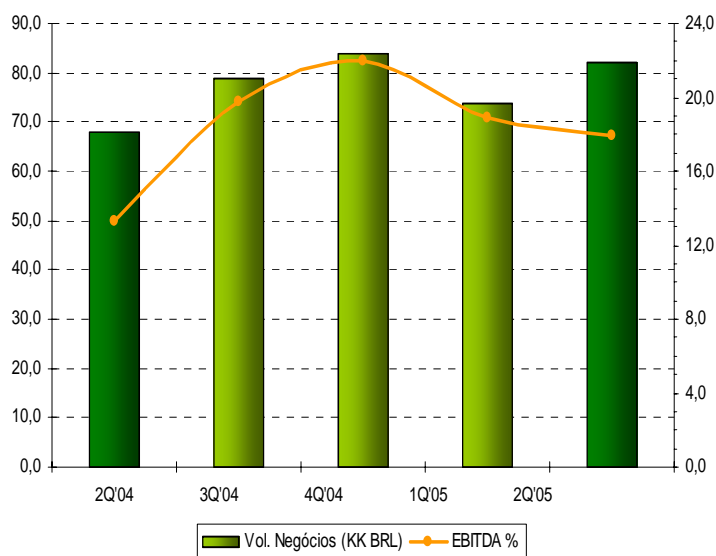
O custo da madeira é significativamente mais elevado em comparação com o período homólogo do ano anterior, devido a custos de transporte mais elevados e à redução a curto prazo dos direitos de corte. O custo dos produtos químicos está igualmente sob forte pressão, como resultado do preço preocupante do petróleo. O aumento dos custos



de transporte através de comboio teve um forte impacto, mas as melhorias na produtividade compensaram parcialmente estes aumentos.

BRASIL

O mercado brasileiro de painéis cresceu 8% no 1ºS'05 com uma recuperação importante no volume de MDF (17%) e um pequeno aumento no PB (3%), mas por outro lado, o mercado de *flooring* diminuiu 10% face ao período homólogo de 2004. O volume de exportações diminuiu cerca de 36% devido à desvalorização do USD face ao Real.



No 1ºS'05, a rentabilidade da Tafisa Brasil melhorou significativamente, como resultado de uma mudança na política comercial com maior ênfase para produtos de valor acrescentado e enfoque na geração de margem.

As vendas em volume aumentaram (+3,8%) quando comparadas com os valores de 2004 e, como os preços médios aumentaram acima da inflação, as vendas em Reais aumentaram 22% face ao 1ºS'04.

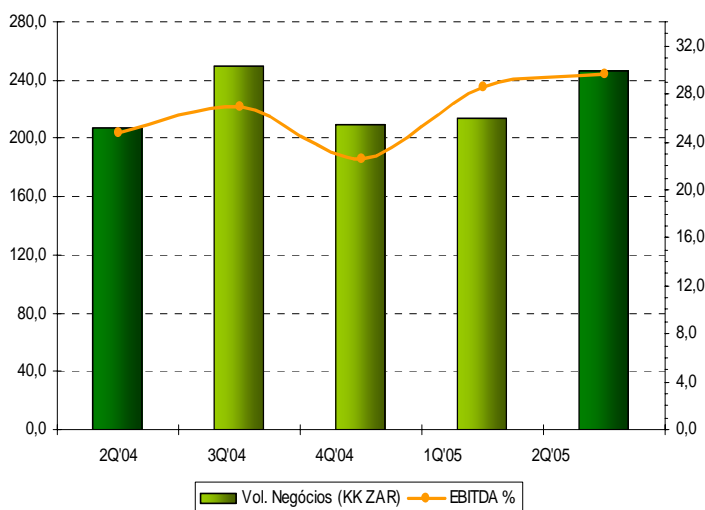
As vendas de *flooring* tiveram um comportamento de acordo com o mercado e diminuíram 12% em volume; no entanto, a nossa nova linha Bliss, concebida para o segmento elevado do mercado, aumentou 29% em volume e o preço médio de venda de *flooring* aumentou 14% devido a esta alteração do *mix* de vendas.

Relativamente à actividade industrial, verificou-se uma melhoria significativa das taxas de ocupação de MDF e uma estabilização das do PB, mas os custos variáveis aumentaram 16,6% por m³, quase exclusivamente devido à evolução do custo da madeira.



ÁFRICA DO SUL

As condições económicas favoráveis verificadas durante o 1ºT'05 mantiveram-se no 2ºT'05, particularmente nos sectores económicos relacionados com a construção. A procura de produtos derivados de madeira manteve-se forte, com a Sonae Novobord a registar um aumento de 10% do volume face ao período homólogo de 2004. Os preços mantiveram-se estáveis apesar da pressão



crescente de produtos importados, especificamente com origem na América do Sul. O impacto líquido destas condições comerciais favoráveis foi um aumento de 8% dos níveis de preços em relação ao período homólogo de 2004.

O desempenho das fábricas em geral melhorou em relação aos níveis de 2004. A taxa de utilização da capacidade aumentou 5 pontos percentuais em Panbult, 2 pontos percentuais em White River, tendo George mantido níveis semelhantes aos de 2004.

O EBITDA do 2ºT'05 como percentagem das vendas aumentou 6 pontos percentuais em comparação com o período homólogo do ano anterior e de 4 pontos percentuais em relação ao 1ºS'05. Isto constitui o resultado de volumes de vendas mais elevados (116% em 2004), bem como de aumentos de preços implementados em Janeiro de 2005.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A boa performance da Sonae Indústria no 1ºS'05 baseou-se numa procura relativamente estável e num desempenho operacional sólido.

No entanto, o preço do petróleo mantém-se elevado e os preços do OSB e do MDF continuam sob pressão, em consequência do arranque de várias fábricas de OSB no mercado norte-americano e da volatilidade do mercado do *flooring* (o que afecta os preços do MDF). Em consequência, mantemos a nossa previsão de que a rentabilidade



daqueles produtos continuará a ser afectada. Tendo também em conta a sazonalidade normal do sector de painéis derivados de madeira, com um nível de actividade mais reduzido durante o período de férias de Verão, prevemos no 3ºT'05 um nível mais baixo de EBITDA em comparação com o 2ºT'05 e com o 3ºT'04.

Maia, 31 de Agosto de 2005

O Conselho de Administração

(Belmiro Mendes de Azevedo)

(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)

(Christian Günther Schwarz)

(José António Comesaña Portela)

(Louis Maurice Brassard)

(Rui Manuel Gonçalves Correia)

(Angel Manuel Garcia Altozano)

(Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)



(José Álvaro Cuervo Garcia)

(Knut Thomas Alarik Nysten)

(Per Otto Knuts)

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS		POC
		30.06.2005	31.12.2004	31.12.2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	7	1 143 576 210	1 148 057 730	1 169 637 656
Propriedades de investimento	7	9 050 452		
Diferenças de consolidação	8	44 682 522	45 269 819	
Investimentos	9	4 703 851	9 519 767	14 211 619
Impostos diferidos activos	12	54 006 363	61 332 706	60 488 971
Outros activos não correntes	10	2 011 975	1 129 577	926 615
Total de activos não correntes		1 258 031 373	1 265 309 599	1 245 264 861
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências		173 781 551	159 011 303	159 577 295
Outros activos correntes	11	204 446 841	160 983 477	157 812 702
Investimentos	9	201 072	5 980 187	41 061 866
Caixa e equivalentes de caixa	13	86 249 333	74 817 721	39 684 453
Total de activos correntes		464 678 797	400 792 688	398 136 316
TOTAL DO ACTIVO		1 722 710 170	1 666 102 287	1 643 401 177
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	14	700 000 000	700 000 000	700 000 000
Reservas e resultados transitados		- 256 783 782	- 311 273 230	- 323 639 403
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe		23 158 532	42 580 440	29 213 582
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		466 374 750	431 307 210	405 574 179
Interesses Minoritários	15	44 454 749	38 906 798	41 211 484
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		510 829 499	470 214 008	446 785 663
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos	16	585 990 441	395 634 311	388 083 077
Outros passivos não correntes	18	126 002 152	286 312 495	180 249 023
Impostos diferidos passivos	12	38 001 862	27 142 333	27 934 725
Provisões	21	19 341 142	15 204 678	37 262 270
Total de passivos não correntes		769 335 597	724 293 817	633 529 095
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos	16	90 658 703	106 137 367	115 643 579
Outros passivos correntes	20	342 719 673	355 691 505	437 896 401
Provisões	21	9 166 698	9 765 590	9 546 439
Total de passivos correntes		442 545 074	471 594 462	563 086 419
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1 722 710 170	1 666 102 287	1 643 401 177

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

Notas	IFRS				POC
	30.06.2005	2º. Trim. 2005 (a)	30.06.2004	2º. Trim. 2004 (a)	30.06.2004
Proveitos operacionais:					
Vendas	734 910 923	374 297 174	741 013 837	379 233 298	783 494 864
Prestações de serviços	2 571 825	1 345 080	4 209 245	1 866 590	4 189 575
Outros proveitos operacionais	30 257 822	6 499 505	32 227 523	12 835 674	35 307 723
Total de proveitos operacionais	767 740 570	382 141 759	777 450 605	393 935 562	822 992 162
Custos operacionais					
Custo das vendas	352 276 125	182 671 727	338 189 150	166 469 038	355 812 072
Variação da produção	- 7 886 638	- 9 064 559	12 895 432	5 903 610	11 431 562
Fornecimentos e serviços externos	191 267 030	96 740 731	186 260 837	92 610 598	194 833 488
Custos com o pessoal	103 955 640	51 217 325	115 064 551	58 415 319	121 497 978
Amortizações e depreciações	49 713 727	25 012 083	53 891 846	27 117 896	62 950 071
Provisões e perdas por imparidade	3 481 741	189 358	2 208 386	- 1 428 397	3 169 063
Outros custos operacionais	11 103 637	5 802 404	11 447 766	1 848 520	20 585 205
Total de custos operacionais	703 911 262	352 569 068	719 957 968	350 936 584	770 279 441
Resultados operacionais	63 829 308	29 572 690	57 492 637	42 998 978	52 712 721
Resultados financeiros	- 20 536 754	- 8 499 601	- 34 624 375	- 21 770 089	- 34 398 733
Resultados relativos a empresas associadas	94 432	100 596	172 523	139 754	172 523
Resultados relativos a investimentos	74 130	74 130			
Resultado antes de impostos	43 461 116	21 247 815	23 040 785	21 368 643	18 486 511
Imposto sobre o rendimento	19 711 119	13 425 113	5 159 109	4 004 859	5 964 809
Resultado depois de impostos	23 749 997	7 822 702	17 881 676	17 363 784	12 521 702
Resultados de operações em descontinuação após impostos					
Resultado consolidado do período	23 749 997	7 822 702	17 881 676	17 363 784	12 521 702
Atribuível a:					
Accionistas da Empresa-Mãe	23 158 532	7 710 089	16 797 200	15 874 543	9 840 444
Interesses Minoritários	591 465	112 613	1 084 476	1 489 241	2 681 258
Resultados por acção					
Excluindo operações em descontinuação					
Básico	26	0,1654	0,0551	0,1680	0,1587
Diluído	26	0,1654	0,0551	0,1680	0,1587
Das operações em descontinuação					
Básico	26				
Diluído	26				

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas

a) Valores calculados por referência à demonstração consolidada de resultados do primeiro trimestre do respectivo ano, não auditada

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

Notas	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe					Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Prestações Suplementares	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total	
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	500 000 000			- 300 961 506 1)		199 038 494	293 909 019
Aplicação do resultado consolidado de 2003:							
Transferência para reserva legal							
Dividendos distribuídos							
Transferência para resultados transitados							
Aquisição/(Alienação) de acções próprias				3 629 541		3 629 541	3 629 541
Variação nas reservas							
Resultado consolidado líquido do período					16 797 201	16 797 201	17 881 678
de seis meses findo em 30 de Junho de 2004							
Outros						- 34 773 528	- 34 773 528
Saldo em 30 de Junho de 2004	500 000 000			- 297 331 965	16 797 201	219 465 236	280 646 710
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	700 000 000			- 311 273 230	42 580 440	431 307 210	470 214 008
Aplicação do resultado consolidado de 2004:							
Transferência para reserva legal e resultados transaltados				42 580 440	- 42 580 440		
Dividendos distribuídos							
Variação nas reservas				11 909 008		11 909 008	16 865 494
Resultado consolidado líquido do período					23 158 532	23 158 532	23 749 997
de seis meses findo em 30 de Junho de 2005							
Outros							
Saldo em 30 de Junho de 2005	700 000 000			- 256 783 782	23 158 532	44 454 749	510 829 499

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

1) Dado a conversão das contas consolidadas para IAS/IFRS ter sido efectuada à data de 01.01.2004, não existe informação sobre o resultado consolidado proveniente do exercício de 2003.

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 30 DE JUNHO DE 2004
(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>24 982 059</u>	<u>87 940 383</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		29 112 266	60 808 916
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		4 805 007	22 250 292
Outros		2 479 228	12 745 220
		<u>36 396 501</u>	<u>95 804 428</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		6 797 846	2 916 275
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		16 891 758	17 015 445
Outros		4 198 970	
		<u>27 888 574</u>	<u>19 931 720</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>8 507 927</u>	<u>75 872 708</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		340 094 679	4 437 098
		<u>340 094 679</u>	<u>4 437 098</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		337 719 021	65 360 897
Juros e custos similares		29 103 692	30 703 033
Outros			161 986
		<u>366 822 713</u>	<u>96 225 916</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>-26 728 034</u>	<u>-91 788 818</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>6 761 952</u>	<u>72 024 273</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>- 418 157</u>	<u>- 630 038</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	<u>72 170 072</u>	<u>25 888 681</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	<u>79 350 181</u>	<u>98 542 992</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração



SONAE INDÚSTRIA SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, SA tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1096, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 3 a 5 (“Grupo Sonae Indústria”). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 27.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 30, na qual se



explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 2.12).

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação positiva (Notas 2.2.c e 8)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas



minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação positivas e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica resultados relativos a empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.



Os ganhos não realizados com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 4.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 8). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de relato do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial incluída em Reservas e resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período, na rubrica provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas foram reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.



Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	30.06.2005		31.12.2004		30.06.2004	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Libra inglesa	0,6742	0,6858	0,7051	0,6782	0,6707	0,6734
Real brasileiro	2,8489	3,2983	3,6147	3,6329	3,7839	3,6397
Rand sul-africano	8,0257	7,9758	7,6899	7,9942	7,6179	8,1934
Dólar canadiano	1,4900	1,5863	1,6416	1,6161	1,6343	1,6421
Franco suíço	1,5499	1,5462	1,5429	1,5437	1,5242	1,5527

Fonte: Bloomberg



2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.



As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de “Software” são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Locações

Os contratos de locação, em que o Grupo age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.



Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas de imparidade acumuladas. São constituídas, essencialmente, por terrenos e edifícios de operações descontinuadas em relação aos quais o Grupo celebrou contratos de arrendamento com entidades terceiras.

2.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

2.8. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação



no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando o activo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projecto se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.10. Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização).



O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais nas rubricas de Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a existências de mercadorias e matérias-primas ou a existências de produtos acabados e semi-acabados, subprodutos e trabalhos em curso, respectivamente.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.12. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer num prazo inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.



Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do período.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo capitalizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.



c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.9. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juros e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências eventualmente existentes são registadas na Demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:



- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados utilizados, quando classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios, na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados. Quanto aos instrumentos derivados que a empresa opte por não aplicar “hedge accounting”, as variações de justo valor afectam diariamente e de forma imediata a demonstração de resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos na Norma Internacional de Contabilidade 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.



Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em Outras reservas incluída em Reservas e resultados transitados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

2.13. Responsabilidades por pensões

Conforme mencionado na Nota 19 o Grupo assumiu, através de algumas filiais, o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos para o efeito fundos de pensões autónomos.



A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. Os ganhos e perdas actuariais que excedam 10% do maior entre o valor presente das responsabilidades totais e o justo valor dos activos do fundo constituído, são reconhecidos na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período médio remanescente de vida dos participantes.

Os custos por responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente nas situações em que os benefícios se encontram a ser pagos, caso contrário são reconhecidos em quotas constantes durante o período médio estimado até à data em que os direitos dos colaboradores se vencem (geralmente na data de reforma caso estejam ao serviço do Grupo).

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente das obrigações por planos definidos ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões.

2.14. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado intercalar e a taxa anual efectiva de imposto estimada.



Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.16. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à respectiva fase de acabamento à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas



que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.17. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de imobilizações corpóreas e incorpóreas e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de Outros proveitos operacionais e Outros custos operacionais.

2.18. SalDOS e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.12.f)).

2.19. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.



2.20. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 27.

3. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem correcções de erros fundamentais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		30.06.2005		31.12.2004		
		Directo	Total	Directo	Total	
Aglom - Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	92,66%	a)
Cia. De Industrias y Negocios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Euro Decorative Boards Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Euromegantic Lteé	Lac Mégantic (Canadá)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Explotaciones Comerciales, Industriales y de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Explotaciones Madereras Catalanas, S. A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Florestal y Maderera, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Glunz AG	Meppen (Alemanha)	98,17%	90,36%	98,17%	91,84%	a)
Glunz Service GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	90,36%	100,00%	91,84%	a)
Glunz UK Holdings, Ltd.	Londres (Reino Unido)	100,00%	90,36%	100,00%	91,84%	a)
Glunz UKA GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	90,36%	100,00%	91,84%	a)
Gollin GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	81,32%	90,00%	82,65%	a)
Isoroy Transformation S.A.S.	St. Dizier (França)	99,99%	91,16%	99,99%	92,66%	a)



	Isoroy, SAS	Boulogne (França)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
1)	Manipulaciones Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Movelpartes – Comp. para a Indústria do Mobiliário, S.A.	Paredes (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Novobord (Pty) Ltd.	Woodhead (África do Sul)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Orpin, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	OSB Deutschland	Alemanha	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Poliface Brasil, Ltda.	São Paulo (Brasil)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	a)
	Poliface North America	Baltimore (EUA)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.	Vila de Conde (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	SCS Beheer, BV	Holanda	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Siaf – Soc. de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Socelpac, SGPS, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais - Energias, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	91,18%	100,00%	92,67%	a)
	Société Industrielle et Financière Isoroy	Rungis (França)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Somit – Imobiliária, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Sonae – Serviços de Gestão, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae 4-P, Panels, Pulp, Paper and Packaging, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Sonae España, S. A.	Madrid (Espanha)	99,94%	99,94%	99,94%	99,94%	a)
	Sonae Indústria – Prod. e Comerc. Derivados Madeira, S. A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	91,41%	100,00%	92,86%	a)
	Sonae Indústria – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	MAE	MAE	MAE	MAE	MAE	
	Sonae Indústria Brasil, Ltda.	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Novobord (Pty) Ltd	Woodhead (África do Sul)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Sonae Táfibra (UK) Ltd	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Sonae Táfibra Benelux, B. V.	Woerden (Países Baixos)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Sonae UK, Limited	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Tableros de Fibras, S.A.	Madrid (Espanha)	91,16%	91,16%	92,66%	92,66%	a)
	Tableros Tradema, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Táfibra - Tableros Aglomerados y de Fibras, A.I.E.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,18%	100,00%	92,67%	a)
	Táfibra South Africa, Limited	África do Sul	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Tafibras, S.A.	Curitiba (Brasil)	53,99%	49,55%	53,99%	50,36%	a)
	Tafisa Brasil, S.A.	Curitiba (Brasil)	100,00%	57,46%	100,00%	58,39%	a)
	Tafisa Canadá Société en Commandite	Lac Mégantic (Canadá)	99,99%	91,16%	99,99%	92,66%	a)
	Tafisa France S.A.S.	Rungis (França)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Tafisa U.K.Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Tavapan, SA	Tavannes (Suíça)	100,00%	90,36%	100,00%	91,84%	a)
	Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
	Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	100,00%	90,36%	100,00%	91,84%	a)

a) Controlo detido por maioria de votos.

1) Sociedade fusionada na Tecnologias del Medio Ambiente, S.A. à data de de 1 de Janeiro de 2005.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).



5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO			
		30.06.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Ipaper - Indústria de Papéis Impregnados, S. A.	Maia (Portugal)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Oko Zentrum NRW	Alemanha	25,00%	22,59	25,00%	22,99%
Promodeco – Proj. Imobiliário Decoração e Constr., Lda.	Maia	27,60%	27,60%	27,60%	27,60%
Serradora Boix	Barcelona	31,25%	28,49%	31,25%	28,96%
Stinnes Holz GmbH	Hamm (Alemanha)	35,25%	31,85%	35,25%	32,43%
Sonaegest	Maia	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.b).

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações no perímetro de consolidação ocorridas no período findo em 30 de Junho de 2005 foram as seguintes:

Alienações:

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO	
		30.06.2005	
		Directo	Total
Gollin GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	81,32%

Efeito das alienações

A sociedade anteriormente referida foi alienada em 1 de Janeiro de 2005, o que motivou a saída do perímetro de consolidação nessa data. Não são materialmente relevantes os efeitos desta alienação no balanço consolidado.



7. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS, INCORPÓREAS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações Corpóreas					
	Terrenos e Edifícios	Equipamentos	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizado Corpóreo em Curso	Total Corpóreo
Activo Bruto:					
Saldo Inicial	398 140 852	1 639 506 648	12 661 035	16 527 665	2 066 836 200
Variações do Perímetro de Consolidação	- 1 956 667	- 4 628 752			- 6 585 419
Investimento	9 669	766 282	178 378	16 154 634	17 108 963
Desinvestimento	5 064 922	4 726 646	85 454	327 000	10 204 022
Transferências	- 5 426 438	9 484 152	115 568	- 9 539 520	- 5 366 238
Variações cambiais	13 536 773	42 748 604	14 709	640 341	56 940 427
Saldo Final	399 239 267	1 683 150 288	12 884 236	23 456 120	2 118 729 911
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:					
Saldo Inicial	89 325 386	820 919 829	10 047 189		920 292 404
Variações do Perímetro de Consolidação	- 831 216	- 3 390 232			- 4 221 448
Depreciações do período	3 265 146	46 394 664	477 765		50 137 575
Desinvestimento	4 650 599	2 985 613	84 962		7 721 174
Transferências	864 003	99 767			963 770
Variações cambiais	1 431 337	15 500 505			16 931 842
Saldo Final	89 404 057	876 538 920	10 439 992		976 382 969
Saldo final líquido	309 835 210	806 611 368	2 444 244	23 456 120	1 142 346 942

A linha de depreciações do exercício inclui aproximadamente 800 000 euros de perdas por imparidade incluídas na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração consolidada de resultados.

Imobilizações Incorpóreas			
	Despesas de Desenvolvimento	Outras Imobilizações Incorpóreas	Total Incorpóreo
Activo Bruto:			
Saldo Inicial	828 159	5 942 415	6 832 655
Variações do Perímetro de Consolidação		- 69 007	- 69 007
Investimento		7 693	54 376
Desinvestimento	23 325		23 325
Transferências		39 811	- 39 811
Variações cambiais	- 314	4 377	4 063
Saldo Final	804 520	5 925 289	6 798 762
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:			
Saldo Inicial	479 142	4 839 579	5 318 721
Variações do Perímetro de Consolidação		- 15 786	- 15 786
Depreciações do período	53 289	229 670	282 959
Desinvestimento	20 604		20 604
Transferências			
Variações cambiais	- 72	4 276	4 204
Saldo Final	511 755	5 057 739	5 569 494
Saldo final líquido	292 765	867 550	68 953



	Propriedades de investimento		
	Custo	Em construção	Total
Activo Bruto:			
Transferências	9 237 766		9 237 766
Saldo Final	9 237 766		9 237 766
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:			
Depreciações do período	90 917		90 917
Transferências	96 397		96 397
Saldo Final	187 314		187 314
Saldo final líquido	9 050 452		9 050 452

Durante o período procedeu-se à transferência das propriedades de investimento das rubricas de imobilizações corpóreas para as rubricas apropriadas.

8. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	30.06.05
	Diferenças de Consolidação Positivas
Activo Bruto:	
Saldo Inicial	45 269 819
Aumentos	219 726
Diminuições	286 156
Reclassificação / Transferências	- 305
Conversão Câmbial	- 520 562
Saldo Final	44 682 522
Perdas por Imparidade Acumuladas:	
Saldo Final	

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.



9. INVESTIMENTOS

Em 30 de Junho de 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos em filiais		
Saldo inicial		42 948 640
Alienações durante o semestre		189 178
Saldo final		<u>42 759 462</u>
Perdas de imparidade acumuladas (nota 21)		<u>42 686 787</u>
Valor líquido dos investimentos em associadas		<u>72 675</u>
Investimentos em associadas		
Saldo inicial		3 030 025
Aumento de capital		100 000
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial		94 432
Saldo final		<u>3 224 457</u>
Perdas de imparidade acumuladas (nota 21)		<u>25 565</u>
Valor líquido dos investimentos em associadas		<u>3 198 892</u>
Investimentos disponíveis para venda		
Saldo inicial		6 197 304
Aquisição durante o semestre		7 641
Alienações durante o semestre		5 240 996
Efeito da conversão câmbial		232 625
Saldo final		<u>1 196 574</u>
Perdas de imparidade acumuladas (nota 21)		<u>28 742</u>
Valor líquido dos investimentos em associadas		<u>1 167 832</u>
Adiantamentos por conta de investimentos		
Saldo inicial		240 231
Efeito da conversão câmbial		24 221
Saldo final		<u>264 452</u>
Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados		
Saldo inicial	15 287 880	
Alienações durante o semestre	<u>15 077 291</u>	
Saldo final	210 589	
Perdas de imparidade acumuladas (nota 21)	<u>9 517</u>	
Valor líquido dos investimentos em associadas	<u>201 072</u>	

As alienações de investimentos efectuadas durante o período geraram mais-valias líquidas de aproximadamente 12 300 000 euros, incluídas na linha de Outros proveitos operacionais da Demonstração consolidada de resultados.



10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Empréstimos Concedidos a Empresas Associadas	14 134 044	14 530 400
Outros Empréstimos Concedidos	167 469	178 328
Clientes e Outros Devedores	1 848 118	855 105
	16 149 631	15 563 833
Perdas de Imparidade Acumuladas (Nota 21)	14 137 656	14 434 256
	<u>2 011 975</u>	<u>1 129 577</u>

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Cliente	130 139 017	104 834 073
Estado e Outros entes Públicos	10 108 915	14 322 111
Outros devedores	69 141 896	33 504 880
Adiantamentos a Fornecedores	604 332	1 008 176
Empréstimos Concedidos a Empresas Associadas	2 338 945	18 151 126
Outros Empréstimos Concedidos	750 000	750 000
Outros Activos Correntes	7 923 078	5 801 660
	221 006 183	178 372 026
Perdas de Imparidade Acumuladas (Nota 21)	16 559 342	17 388 549
	<u>204 446 841</u>	<u>160 983 477</u>

Na rubrica Outros devedores encontra-se incluída a quantia de 50 375 538 euros referente à operação de securitização de créditos sobre terceiros, que considera os seguintes termos:

Em Abril de 2004 várias sociedades incluídas no perímetro de consolidação, localizadas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Irlanda do Norte, celebraram um contrato de securitização com a Tulip Asset Purchase Company B. V. ("TAPCO"), referente à venda de créditos comerciais detidos, com a duração de até 5 anos. Em consequência desta operação, o saldo de facturas por cobrar, vendidas pelas sociedades atrás referidas e liquidadas pela TAPCO, pode atingir 150 000 000 euros. O valor de facturas vendidas foi deduzido ao saldo da rubrica Clientes, incluída na rubrica Outros activos correntes do balanço consolidado. O valor das facturas vendidas retido pela TAPCO juntamente com o valor das facturas vendidas cuja liquidação não foi ainda efectuada pela TAPCO, encontram-se na rubrica Outros devedores, incluída na rubrica Outros activos correntes do balanço consolidado.

O risco de crédito associado às contas a receber vendidas foi transferido para aquela entidade, excepto na parcela retida anteriormente referida, a qual só é paga às sociedades do grupo após cobrança das facturas.

Em 30 de Junho de 2005, a Administração das sociedades do grupo envolvidas entende que a referida parcela retida é integralmente realizável.



12. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04
Diferença entre o justo valor e o custo histórico				30 059
Homogenização de amortizações			36 077 714	24 812 903
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	2 158 371	1 315 853	523 515	
Anulação de imobilizações incorpóreas	296 429	410 235		
Anulação de custos diferidos	66 076	88 824		
Prejuízos fiscais reportáveis	50 546 100	58 559 239		1 821 531
Outros impostos diferidos	939 387	958 555	1 400 633	477 840
	<u>54 006 363</u>	<u>61 332 706</u>	<u>38 001 862</u>	<u>27 142 333</u>

Os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de 31.12.2004 e os correspondentes activos por impostos diferidos, que reflectem a estimativa de imposto à data de 30.06.2005, são detalháveis como segue:

	Prejuízo fiscal	Activos por Impostos diferidos	Data limite de utilização
Com data de limite de utilização			
Gerados antes de 1999	2 397 429		2008
Gerados em 1999	46 164 713	99 701	
	736 553	99 701	2005
	45 340 937		2014
	87 223		Diversas
Gerados em 2000	36 726		2006
Gerados em 2001	90 634 670	26 688	
	849 117	26 688	2007
	89 764 089		2016
	21 464		Diversas
Gerados em 2002	65 801 607	74 146	
	9 917 595	74 146	2008
	55 884 012		2017
Gerados em 2003	100 146 163	205 952	
	1 381 119	205 952	2009
	98 765 044		2018
Gerados em 2004	9 862 025	496 897	2010
Sub-total	315 043 333	903 384	
Sem data de utilização	837 322 923	49 642 716	
Total	1 152 366 256	50 546 100	



13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Numerário	2 049 053	657 086
Depósitos bancários	44 431 435	39 078 955
Aplicações de tesouraria	39 768 845	35 081 680
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	86 249 333	74 817 721
Descobertos bancários	6 899 152	2 647 649
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	79 350 181	72 170 072

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

14. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 140 000 000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 5 euros cada uma. Nessa data a sociedade e suas filiais não detinham quaisquer acções próprias.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2005:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Sonae SGPS, S. A.	97,02 %

15. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante os períodos findos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 foram os seguintes:

	30.06.2005	31.12.2004
Saldo inicial	38 906 798	94 870 525
Diminuição / (aumento) da percentagem de participação em empresas consolidadas		- 58 560 218
Variação resultante da conversão monetária	4 985 599	103 203
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	591 465	2 493 288
Outros	- 29 113	
Saldo final	44 454 749	38 906 798



16. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	30.06.05				31.12.04			
	Custo amortizado		Valor Nominal		Custo amortizado		Valor Nominal	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários	81 554 349	202 323 404	81 554 349	202 323 404	79 165 780	315 089 218	79 165 780	315 089 218
Empréstimos obrigacionistas		380 710 570		385 001 967	23 138 966	78 085 302	23 138 966	78 085 302
Outros empréstimos	2 205 202	2 956 467	2 205 202	2 956 467	1 184 972	2 459 791	1 184 972	2 459 791
Descobertos bancários	6 899 152		6 899 152		2 647 649		2 647 649	
Endividamento bruto	90 658 703	585 990 441	90 658 703	590 281 838	106 137 367	395 634 311	106 137 367	395 634 311
Emprést. conc. empr. associadas	2 338 945		2 338 945		18 151 126		18 151 126	
Outros empréstimos concedidos	750 000	167 469	750 000	167 469	750 000	178 328	750 000	178 328
Investimentos	201 072		201 072		5 980 187		5 980 187	
Caixa e equiv. caixa no balanço	86 249 333		86 249 333		74 817 721		74 817 721	
Endividamento líquido	1 119 353	585 822 972	1 119 353	590 114 369	6 438 333	395 455 983	6 438 333	395 455 983
Endividamento líquido total	586 942 325		591 233 722		401 894 316		401 894 316	

Os empréstimos são reembolsáveis nos seguintes anos:

	30.06.05	31.12.04
2005	52 809 846	129 887 562
2006	66 048 093	143 191 716
2007	39 431 838	33 136 667
2008	140 097 223	33 781 794
2009	116 914 986	110 865 586
2010	172 553 745	16 254 751
Após 2010	93 084 810	34 653 602
	680 940 541	501 771 678

Os principais empréstimos incluídos no quadro anterior caracterizam-se da seguinte forma:

a) Obrigações Tafisa 98, no valor de 23 138 966 euros, que foi reembolsado na sua totalidade em Maio de 2005;

b) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2004, emitido em 15 de Outubro de 2004, no valor de 80 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 5 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 87,5 bps e serão pagos semestralmente nos dias 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano;

c) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2005/2013, emitido em 31 de Março de 2005, no valor de 55 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 8 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 87,5 bps e serão pagos semestralmente nos dias 31 de Março e 30 de Setembro de cada ano;



d) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2005/2008, emitido em 27 de Abril de 2005, no valor de 100 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 3 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 100 bps e serão pagos semestralmente nos dias 27 de Abril e 27 de Outubro de cada ano;

e) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2005/2010, emitido em 27 de Abril de 2005, no valor de 150 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 5 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 110 bps e serão pagos semestralmente nos dias 27 de Abril e 27 de Outubro de cada ano;

f) Durante o exercício de 2002, a Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A., conjuntamente com o seu principal accionista, Sonae S. G. P. S., S. A. e com a sua filial Glunz Ag, celebraram um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de 119 000 000 euros, utilizado na totalidade à data de 31 de Março de 2005. Este empréstimo vence juros trimestrais, indexados à taxa de mercado, e será reembolsado em 16 prestações semestrais, sucessivas e iguais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2005. À data de 30 de Junho de 2005, o valor do empréstimo ascendia a 112 526 400 euros. No âmbito do processo de autonomização financeira da Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A., a Sonae, S. G. P. S., S. A. ficou entretanto desvinculada deste empréstimo.

g) Durante o exercício de 2000, a Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S. A. celebrou um contrato de financiamento com o BEI no montante de 27 000 000 euros. O empréstimo vence juros semestrais, indexados à taxa de mercado, e será reembolsado em 16 prestações semestrais consecutivas. À data de 30 de Junho de 2005, o valor do empréstimo era de 15 187 500 euros.

h) A Tafisa Canada celebrou em exercícios anteriores um contrato de financiamento junto de um sindicato bancário, no montante total de CAD 101 200 000. Este empréstimo vence juros à taxa de mercado, e foi reembolsado em 45% do capital através de 9 amortizações semestrais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2000, e em 55% do capital através de um único pagamento efectuado em Abril de 2005;

j) A Sonae UK celebrou um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de GBP 35.000.000. Este empréstimo vence juros à taxa de mercado, e será reembolsado em 15 prestações semestrais, sucessivas e iguais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2002. Em 30 de Junho de 2005, o valor do empréstimo ascendia a 27 687 147 euros;

k) Durante o primeiro semestre de 2005 foi transferido para a Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A. um contrato de financiamento celebrado em 2001 pela Sonae, S. G. P. S., S. A. com o



Banco Europeu de Investimentos, no valor de 50 000 000 euros. Este empréstimo vence juros trimestrais, indexados à taxa de mercado, e será reembolsado em 16 prestações semestrais consecutivas. À data de 30 de Junho de 2005 o valor do empréstimo totalizava 37 500 000 euros;

I) Em 1999 foi contratado por um conjunto de subsidiárias da Sonae Indústria um empréstimo sindicado em regime de "revolving" no valor de até 400 milhões de euros, cujo montante disponível foi reduzido para até 300 milhões de euros em 20/12/2002, e para 100 milhões em 20/12/2004, vencendo-se na totalidade em 20/12/2006. Durante o mês de Junho de 2005, a Sociedade procedeu ao reembolso antecipado da totalidade do valor em dívida.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados fundamentalmente com o objectivo de efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e não com o objectivo de negociação.

Desta forma o Grupo contratou diversos "forwards" de taxa de câmbio bem como operações de "cross currency swap", por forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Os ganhos e perdas associados a variações de valor dos instrumentos derivados que não receberam tratamento de "hedge accounting", no montante de -3 027 531 euros, foram registados directamente na demonstração de resultados, na rubrica de Resultados financeiros.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 30 de Junho de 2005, respeitam, fundamentalmente, a "swaps" e "collars" envolvendo taxas de juro ("cash flow hedges") contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 22 591 585 euros (24 558 397 euros em 31 de Dezembro de 2004).

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os "swaps", a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros do "leg" fixo do instrumento derivado e dos "cash-



flows” futuros do “leg” variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de “Black ‘76”.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura, são os seguintes:

- “Matching” entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro no derivado;
- “Matching” perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados ao seu custo, se algum existir, e subsequentemente avaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados. Assim sendo, o Grupo contabilizou nesta rubrica de reservas, o montante de 611 136 euros de ganhos.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Investimentos		Empréstimos	
	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04
Derivados de taxa de câmbio			-3 027 531	
Derivados de taxa de juro				
Derivados de cobertura			611 136	
			-2 416 395	

18. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	30.06.05	31.12.04
Accionistas	72 604	154 759 549
Outras dívidas de terceiros não correntes	83 972 120	96 040 458
Estado e outros entes públicos	20 008 496	14 056 100
Responsabilidades por pensões (Nota 19)	21 948 932	21 456 388
	126 002 152	286 312 495



A rubrica Outras dívidas de terceiros não correntes inclui o valor de aproximadamente 78 800 000 euros referentes ao diferimento de proveitos com subsídios ao investimento, e aproximadamente 4 700 000 euros de credores por locação financeira.

19. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

Diversas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente.

Em exercícios anteriores foram criados fundos de pensões e provisões para pensões por diversas sociedades do Grupo nos seguintes países:

Alemanha:

A Glunz AG dispõe de um plano de benefícios definidos, sem fundo constituído, calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. A sociedade tem registada uma provisão na rubrica de Provisões não correntes, no valor de 20 432 590 euros, que cobre o valor das responsabilidades calculadas através de estudo actuarial reportado à data de 31 de Dezembro de 2004;

Portugal:

Diversas sociedades do grupo dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído gerido por entidade terceira, calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de cinco sociedades contratados até 31 de Dezembro de 1994 que, a partir do momento da reforma e até ao termo da vida, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. As responsabilidades por serviços prestados à data de 30 de Junho de 2005, com base num estudo actuarial reportado à data de 31 de Dezembro de 2004, ascendiam a 1 934 556 euros, cobertas pelo valor do fundo e por provisão incluída na rubrica de Provisões não correntes, no valor de 1 187 196 euros e 1 023 798 euros, respectivamente;



África do Sul:

A Tafibra South Africa Ltd. dispõe do seguinte esquema de benefícios aos seus colaboradores:

Plano de contributos definidos, que compreende um conjunto de activos afectos a um fundo gerido por entidade terceira. A obrigação da sociedade consiste na entrega ao fundo das contribuições definidas. À data de 30 de Junho de 2005 não existiam contribuições devidas e não pagas ao fundo;

Plano de benefícios definidos, com fundo constituído gerido por entidade terceira, calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº. 19 com base em estudos actuariais realizados por entidade independente. De acordo com um estudo actuarial efectuado em 31 de Dezembro de 2004, o valor das responsabilidades ascendia a 29 033 000 rands (3 617 512 euros), cobertas pelo fundo com um valor de mercado de 25 080 000 rands (3 124 968 euros), e por uma provisão no montante de 3 953 000 rands (492 544 euros), incluída na rubrica de Provisões não correntes do balanço consolidado.

Em resumo, as responsabilidades estimadas com serviços passados reflectidas no balanço consolidado são como segue:

	<u>30.06.2005</u>	<u>31.12.04</u>
Valor presente das obrigações	25 984 658	22 367 146
Justo valor dos activos do fundo de pensões	4 312 164	1 187 196
Excesso de provisão	276 438	276 438
Passivo não corrente	<u>21 948 932</u>	<u>21 456 388</u>

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Fornecedores	169 336 004	175 184 310
Empresas participadas e participantes	82 325	9 979 794
Outros credores	80 378 085	82 839 631
Estado e outros entes públicos	19 616 581	21 235 129
Custos a pagar	64 934 209	58 097 586
Proveitos diferidos	8 372 469	8 355 055
	<u>342 719 673</u>	<u>355 691 505</u>



21. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o período findo em 30 de Junho de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 9)	52 345 694	7 607	9 602 690	42 750 611
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 10)	14 434 256	0	296 600	14 137 656
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos correntes (Nota 11)	17 388 549	1 800 710	2 629 917	16 559 342
Provisões	24 970 268	5 633 953	2 096 381	28 507 840
	<u>109 138 767</u>	<u>7 442 270</u>	<u>14 625 588</u>	<u>101 955 449</u>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

O valor de aumentos de provisões inclui aproximadamente 2 900 000 euros referente ao efeito de variações cambiais.

22. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	30.06.05	31.12.04
Responsabilidades por garantias prestadas		
Por empréstimos obtidos	340 217 558	372 978 192
Por subsídios ao investimento	5 987 397	5 987 397
Outros	6 095 024	9 089 866
	<u>352 299 979</u>	<u>388 055 455</u>

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Os compromissos financeiros não reflectidos no balanço à data de 30 de Junho de 2005 são os seguintes:

- a) Durante o mês de Abril de 2004, várias sociedades integradas no perímetro de consolidação da Sonae Indústria SGPS, SA celebraram, com entidade terceira, contratos de sublocação de instalações fabris utilizadas na sua actividade operacional, na qual assumem pagar rendas trimestrais no montante de 480 041 euros por um período de 12 anos, num montante total de 23 041 936 euros.

Os bens sub-locados eram já anteriormente utilizados na actividade operacional destas sociedades através de contratos de arrendamento.

Os contratos agora celebrados incluem termos que, no âmbito da Norma Internacional de Contabilidade nº17, permitem a respectiva classificação como locação operacional.



A respectiva responsabilidade por rendas vincendas à data de 30 de Junho de 2005 atingia o valor de 22 884 780 euros.

24. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos			
					Obtidos		Concedidos	
	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04
Empresa-mãe e filiais	12 037 675	18 401 818	11 152 799	28 233 661		144 201 799		
Empresas associadas	538 155	5 623				30 500		100 000

Transacções	Vendas e Prestações de Serviços		Compras e Serviços Recebidos		Juros auferidos		Juros Suportados	
	30.06.05	30.06.04	30.06.05	30.06.04	30.06.05	30.06.04	30.06.05	30.06.04
Empresa-mãe e filiais	6 874 346	6 317 680	24 965 655	26 046 619	222 690	433 462	2 664 210	9 014 290
Empresas associadas	4 863				2 713		163	

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	30.06.05	30.06.04
Imposto corrente	3 838 646	1 087 946
Imposto diferido	15 872 473	4 071 162
	<u>19 711 119</u>	<u>5 159 109</u>



26. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, excluindo o efeito das operações em descontinuação, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>30.06.05</u>	<u>30.06.04</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	23 158 532	16 797 200
Efeito das acções potenciais Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)		
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>23 158 532</u>	<u>16 797 200</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	140 000 000	100 000 000
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>140 000 000</u>	<u>100 000 000</u>

Durante o período não se registaram resultados significativos referentes a operações em descontinuação.

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A actividade principal do Grupo consiste na produção de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Países Baixos, Canadá, Brasil e África do Sul. Trata-se, pois, de uma actividade caracterizada por uma elevada dispersão geográfica dos activos e mercados, e por uma relativa homogeneidade de produtos resultantes da sua actividade. Para efeitos de análise segmental, o elemento geográfico é considerado como sendo o principal vector de segmentação da actividade do Grupo, sendo esta a forma como se encontra organizado o sistema interno de gestão e de relato financeiro ao Conselho de Administração.

Os segmentos geográficos identificados nos exercícios de 2005 e 2004 foram os seguintes:

- Portugal
- Espanha
- França
- Reino Unido
- Alemanha



- Resto da Europa
- Brasil
- Canadá
- África do Sul

Os contributos dos principais segmentos geográficos para a Demonstração de Resultados consolidada dos períodos findos em 30 de Junho de 2005 e 2004 podem ser analisados como segue:

30.06.2005										
	Portugal	Espanha	França	R. Unido	Alemanha	Resto Europa	Brasil	Canadá	África do Sul	Consolidado
Proveitos Operacionais	135 707 351	151 104 303	134 464 694	51 576 501	222 076 649	91 209 032	45 314 266	68 725 602	50 623 111	
Eliminações Intersegmentais	- 51 068 302	- 23 604 123	- 41 879 795	- 58 371	- 76 614 618	- 3 662 317	- 1 730 226			
Proveitos Operacionais Externos	84 639 049	127 500 180	92 584 899	51 518 130	145 462 031	87 546 715	43 584 040	68 725 602	50 623 111	752 183 757
Resultado Operacional Imputável	6 285 665	6 190 401	127 661	- 2 404 932	10 932 239	1 129 568	3 904 840	10 034 230	13 682 181	49 881 853
Resultado Operacional Não Imputável										13 947 455^l
Resultado Financeiro										- 20 536 754
Result. Relativos a empresas associadas										94 432
Result. Relativos a investimentos										74 130
Imposto sobre o rendimento										19 711 119
Resultado Líquido										23 749 997
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe										23 158 532
Atribuível a interesses minoritários										591 465

30.06.2004										
	Portugal	Espanha	França	R. Unido	Alemanha	Resto Europa	Brasil	Canadá	África do Sul	Consolidado
Proveitos Operacionais	177 379 810	141 115 174	137 821 760	54 725 893	216 416 424	64 163 928	32 781 241	65 941 825	40 205 102	
Eliminações Intersegmentais	- 48 636 271	- 18 604 003	- 37 499 660	- 86 470	- 51 432 792	- 3 007 860				
Proveitos Operacionais Externos	128 743 539	122 511 171	100 322 100	54 639 423	164 983 632	61 156 068	32 781 241	65 941 825	40 205 102	771 284 101
Resultado Operacional Imputável	12 102 239	2 422 838	3 254 543	- 2 148 339	17 726 418	706 819	1 171 061	9 632 344	7 467 412	52 335 335
Resultado Operacional Não Imputável										5 157 302
Resultado Financeiro										- 34 624 375
Result. Relativos a empresas associadas										172 523
Result. Relativos a investimentos										
Imposto sobre o rendimento										5 159 109
Resultado Líquido										17 881 676
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe										16 797 200
Atribuível a interesses minoritários										1 084 476

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Junho de 2005 não ocorreram factos relevantes.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Comissão de Auditoria e Finanças por delegação de poderes do Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de Setembro de 2005.



30. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS”

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhada como segue:

	01.01.2004			31.12.2004		
	Ajustamentos de conversão para			Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1 411 124 225	- 108 164 835	1 302 959 390	1 169 637 656	- 21 579 926	1 148 057 730
Diferenças de consolidação		45 577 013	45 577 013		45 269 819	45 269 819
Investimentos	10 986 045	- 7 192 107	3 793 938	14 211 619	- 4 691 852	9 519 767
Impostos diferidos activos	67 594 595	- 931 665	66 662 930	60 488 971	843 735	61 332 706
Outros activos não correntes	941 661	10 552 347	11 494 008	926 615	202 962	1 129 577
Total de activos não correntes	1 490 646 526	- 60 159 247	1 430 487 279	1 245 264 861	20 044 738	1 265 309 599
ACTIVOS CORRENTES:						
Existências	183 941 058	- 11 306 155	172 634 903	159 577 295	- 565 992	159 011 303
Outros activos correntes	323 442 898	- 44 098 469	279 344 429	157 812 702	3 170 775	160 983 477
Investimentos	9 027 887	- 1 878 285	7 149 602	41 061 866	- 35 081 679	5 980 187
Caixa e equivalentes de caixa	46 711 736	- 2 649 548	44 062 188	39 684 453	35 133 268	74 817 721
Total de activos correntes	563 123 579	- 59 932 457	503 191 122	398 136 316	2 656 372	400 792 688
Total do activo	2 053 770 105	- 120 091 704	1 933 678 401	1 643 401 177	22 701 110	1 666 102 287
PASSIVO:						
PASSIVO NÃO CORRENTE:						
Empréstimos obtidos	389 626 932	- 556 591	389 070 341	393 294 024	7 474 407	400 768 431
Outros passivos não correntes	434 614 579	79 140 127	513 754 706	175 038 076	106 140 299	281 178 375
Impostos diferidos passivos	30 552 206	- 5 661 197	24 891 009	27 934 725	- 792 392	27 142 333
Provisões	37 614 255	- 22 349 651	15 264 604	37 262 270	- 22 057 592	15 204 678
Total de passivos não correntes	892 407 972	50 572 688	942 980 660	633 529 095	90 764 722	724 293 817
PASSIVO CORRENTE:						
Empréstimos obtidos	328 825 867	- 5 098 495	323 727 372	119 538 217	- 9 548 714	109 989 503
Outros passivos correntes	460 512 527	- 99 151 163	361 361 364	434 001 763	- 82 162 394	351 839 369
Provisões	19 699 448	- 7 999 461	11 699 987	9 546 439	219 151	9 765 590
Total de passivos correntes	809 037 842	- 112 249 119	696 788 723	563 086 419	- 91 491 957	471 594 462
Total dos activos líquidos	352 324 291	- 58 415 273	293 909 018	446 785 663	23 428 345	470 214 008
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	500 000 000		500 000 000	700 000 000		700 000 000
Reservas e Resultados Transitados	- 316 389 954	15 428 448	- 300 961 506	- 323 639 403	12 366 173	- 311 273 230
Resultados Líquidos				29 213 582	13 366 858	42 580 440
Interesses minoritários	168 714 245	- 73 843 721	94 870 524	41 211 484	- 2 304 686	38 906 798
Total do capital próprio	352 324 291	- 58 415 273	293 909 018	446 785 663	23 428 345	470 214 008



Nas datas de 01.01.2004 e 31.12.2004, os principais impactos da mudança para as Normas Internacionais de Relato Financeiro são os seguintes:

Reposição de “Goodwill”

O Grupo Sonae Indústria, em linha com o disposto no normativo IFRS, passa a registar as diferenças de consolidação como um activo, não amortizável, e sujeito a testes de imparidade anuais. As diferenças de consolidação originadas na aquisição de filiais, empresas controladas conjuntamente e associadas estrangeiras foram alocadas a essas unidades, sendo como tal registadas na moeda funcional dessas filiais e convertidas para a moeda de reporte do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão cambial, incluída na rubrica Reservas e resultados transitados do balanço consolidado.

Este procedimento difere da prática que o Grupo Sonae Indústria adoptou desde 2001, que consistiu na anulação das diferenças de consolidação por contrapartida de reservas, uma abordagem diferente da preconizada pelo POC, tal como mencionado nas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos e passivos não aceites pelos IFRS (nomeadamente activos incorpóreos) e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente registadas em resultados transitados (IFRS 1).

A 31 de Dezembro de 2004, o efeito é de 45,3 milhões de euros no Activo e nos Capitais Próprios (45,6 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004).

Imobilizado incorpóreo

Os activos incorpóreos são registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. A 31 de Dezembro de 2004 foram anulados, por contrapartida



de resultados transitados, todos os activos incorpóreos que não cumprem os critérios de reconhecimento do normativo IFRS, no valor de 18,2 milhões de euros (29,6 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004). Os activos incorpóreos registados durante o exercício de 2004 no normativo POC, foram transferidos para a correspondente rubrica de custos (0,2 milhões de euros).

Imobilizado corpóreo

No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas POC, o Grupo Sonae Indústria havia procedido ao registo, na rubrica de Imobilizações Corpóreas, de custos de ineficiência incorridos no arranque de diversas unidades produtivas. Dado este procedimento não ser possível no contexto das IFRS, procedeu-se ao desreconhecimento destes valores do activo tangível e consequente registo na rubrica de Resultados Transitados, o que provocou, a 31 de Dezembro de 2004, uma diminuição do Activo e dos Capitais Próprios de 3,8 milhões de euros (5,5 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004).

Inclusão de empresas anteriormente excluídas

Dado que em IFRS todas as empresas devem ser incluídas na consolidação, é apresentado em separado o efeito da inclusão de empresas que no normativo POC estavam excluídas da consolidação, na maioria dos casos por imaterialidade.

A 31 de Dezembro de 2004, o efeito é de um aumento de 0,5 milhões de euros no Activo (3,9 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004), de um aumento de 1,1 milhões de euros no Passivo (8,1 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004) e de uma diminuição de 0,7 milhões de euros nos Capitais Próprios (4,2 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004).

Método de consolidação proporcional

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente passaram a ser incluídas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e



passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre essas empresas e empresas do Grupo são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

A 31 de Dezembro de 2004 efectuou-se a saída do perímetro de consolidação das empresas controladas conjuntamente, pelo que o efeito no balanço consolidado a esta data é inexistente (a 1 de Janeiro de 2004, a aplicação do método de consolidação proporcional provocou uma diminuição do Activo total, do Passivo total e dos Capitais Próprios de 157,9 milhões de euros, 92,2 milhões de euros e 65,7 milhões de euros, respectivamente).

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	01.01.04	31.12.04
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas, líquidas de perdas de imparidade	45 577 013	45 269 819
Abate de imobilizações incorpóreas	- 29 611 033	- 18 227 092
Abate de imobilizações corpóreas	- 5 495 708	- 3 832 659
Inclusão de empresas anteriormente excluídas	- 4 209 404	- 695 841
Método de consolidação proporcional	- 65 720 467	
Outros	1 044 326	914 118
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	<u>- 58 415 273</u>	<u>23 428 345</u>
Efeito no resultado líquido do exercício		<u>13 366 858</u>



Adicionalmente, o efeito no Balanço em 30 de Junho de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

30.06.2004			
	Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1 368 871 107	- 106 652 900	1 262 218 207
Diferenças de consolidação		46 914 760	46 914 760
Investimentos	9 038 991	- 4 142 220	4 896 771
Impostos diferidos activos	67 141 655	- 720 823	66 420 832
Outros activos não correntes	907 309	3 245 381	4 152 690
Total de activos não correntes	1 445 959 062	- 61 355 802	1 384 603 260
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	175 839 840	- 12 695 777	163 144 063
Outros activos correntes	272 276 156	- 37 619 282	234 656 874
Investimentos detidos para negociação	5 729 127	- 1	5 729 126
Caixa e equivalentes de caixa	108 075 165	- 4 325 911	103 749 254
Total de activos correntes	561 920 288	- 54 640 971	507 279 317
Total do activo	2 007 879 350	- 115 996 773	1 891 882 577
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	737 963 553	- 384 880 303	353 083 250
Outros passivos não correntes	180 304 835	337 369 640	517 674 475
Impostos diferidos passivos	34 337 283	- 7 904 660	26 432 623
Provisões	15 279 242	131 640	15 410 882
Total de passivos não correntes	967 884 913	- 55 283 683	912 601 230
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	298 290 711	- 2 668 984	295 621 727
Outros passivos correntes	391 751 994	- 1 782 972	389 969 022
Provisões	18 382 138	- 7 653 066	10 729 072
Total de passivos correntes	708 424 843	- 12 105 022	696 319 821
Total dos activos líquidos	331 569 594	- 48 608 068	282 961 526
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	500 000 000		500 000 000
Reservas e Resultados Transitados	- 311 211 134	16 193 985	- 295 017 149
Resultados Líquidos	9 840 444	6 956 757	16 797 201
Interesses Minoritários	132 940 284	- 71 758 810	61 181 474
Total do capital próprio	331 569 594	- 48 608 068	282 961 526

Em 30 de Junho de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS pode ser detalhado como segue:

Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas, líquidas de perdas de imparidade	46 914 759
Abate de imobilizações incorpóreas	- 23 554 425
Abate de imobilizações corpóreas	- 5 528 179
Inclusão de empresas anteriormente excluídas	- 1 358 733
Método de consolidação proporcional	- 67 289 594
Outros	2 208 104
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	- 48 608 068
Efeito no resultado líquido do exercício	6 956 757



O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.12.2004			30.06.2004		
	Ajustamentos de conversão para			Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:						
Vendas	1 569 284 095	- 85 273 149	1 484 010 946	783 494 864	- 42 481 027	741 013 837
Prestações de serviços	10 808 153	- 2 679 628	8 128 525	4 189 575	19 670	4 209 245
Outros proveitos operacionais	81 714 439	- 8 304 932	73 409 507	35 307 723	- 3 080 200	32 227 523
Total de proveitos operacionais	1 661 806 687	- 96 257 709	1 565 548 978	822 992 162	- 45 541 557	777 450 605
Custos operacionais						
Custo das vendas	712 174 459	- 31 884 502	680 289 957	355 812 072	- 17 622 922	338 189 150
Variação da produção	8 303 698	1 673 065	9 976 763	11 431 562	1 463 870	12 895 432
Fornecimentos e serviços externos	404 588 016	- 25 363 509	379 224 507	194 833 489	- 8 572 652	186 260 837
Custos com o pessoal	234 654 757	- 13 223 096	221 431 661	121 497 979	- 6 433 428	115 064 551
Amortizações e depreciações	126 039 928	- 18 352 428	107 687 500	62 950 071	- 9 058 225	53 891 846
Provisões e perdas por imparidade	7 212 559	- 5 679 285	1 533 274	3 169 063	- 960 677	2 208 386
Outros custos operacionais	41 750 620	- 7 773 343	33 977 277	20 585 205	- 9 137 439	11 447 766
Total de custos operacionais	1 534 724 037	- 100 603 098	1 434 120 939	770 279 441	- 50 321 473	719 957 968
Resultados operacionais	127 082 650	4 345 389	131 428 039	52 712 721	4 779 916	57 492 637
Custos e perdas financeiras	86 479 202	959 332	87 438 534	44 326 999	450 225	44 777 224
Proveitos e ganhos financeiros	18 100 417	- 1 632 304	16 468 113	9 928 266	224 583	10 152 849
Resultados relativos a empresas associadas	778 457	58 731	837 188	172 523		172 523
Resultados relativos a investimentos	30 000		30 000			
Resultado antes de impostos	59 482 322	1 812 484	61 324 806	18 486 511	4 554 274	23 040 785
Imposto sobre o rendimento	18 590 652	- 2 339 576	16 251 076	5 964 809	- 805 700	5 159 109
Resultado do exercício de operações em continuação						
Perdas obtidas em operações em descontinuação						
Resultado do exercício	40 891 670	4 152 060	45 073 730	12 521 702	5 359 974	17 881 676
Resultado minoritários	11 708 088	- 9 214 800	2 493 288	2 681 258	- 1 596 782	1 084 476
Resultado Grupo Consolidado	29 183 582	13 366 860	42 580 442	9 840 444	6 956 756	16 797 200

No exercício e no 1º. semestre de 2004, os principais impactos da mudança para as Normas Internacionais de Relato Financeiro são os seguintes:

Amortizações – imobilizações incorpóreas

Durante 2004 foram anulados 0,2 milhões de euros de imobilizações incorpóreas que não cumprem os critérios de reconhecimento (zero no 1º. semestre de 2004), tendo sido registadas como custo do exercício, e foram anuladas amortizações de 11,7 milhões de euros (6,2 milhões de euros no 1º. semestre de 2004).



Saídas do perímetro de consolidação

A saída do perímetro de consolidação, no final de 2004, de empresas controladas conjuntamente, consolidadas pelos métodos de consolidação proporcional e global nas demonstrações financeiras IFRS e POC, respectivamente, provocou uma diminuição do resultado do exercício das primeiras em cerca de 7,5 milhões de euros (zero no 1º. semestre de 2004) – aumento do resultado líquido atribuível à empresa-mãe de 1,3 milhões de euros.

Valorimetria de stocks

Durante o exercício de 2004, o Grupo Sonae Indústria adoptou, nas suas demonstrações financeiras POC, o critério de incluir as amortizações de imobilizado associado à actividade fabril no custeio dos produtos acabados e em curso, o que provocou um aumento do valor das existências finais e do resultado do exercício de aproximadamente 2,9 milhões de euros (2,9 milhões de euros no 1º. semestre de 2004). Nas demonstrações financeiras IFRS, este procedimento foi adoptado à data de transição (1 de Janeiro de 2004), pelo que não se verificou este aumento na variação das existências e, consequentemente, no resultado do exercício de 2004.

Contabilização de “goodwill” negativo

De acordo com as IFRS, o “goodwill” negativo que surja na sequência de aquisições de partes de capital e que não corresponda a uma perspectiva de prejuízos futuros, deverá ser reconhecida directamente em resultado. Nas contas consolidadas POC, o Grupo Sonae Indústria seguia o procedimento de registar situações semelhantes na rubrica de Outras reservas dos Capitais Próprios. Esta diferença de contabilização provocou um aumento de resultados de 1,4 milhões de euros (1,4 milhões de euros no 1º. semestre de 2004).

Inclusão de subsidiárias anteriormente excluídas

O efeito da inclusão de empresas anteriormente excluídas nos resultados de 2004 implicou aumento no resultado líquido de 2,2 milhões de euros (1,3 milhões de euros no 1º. semestre de 2004).



Amortizações – imobilizações corpóreas

A anulação de amortizações de imobilizações corpóreas referentes a custos de ineficiência capitalizados nas demonstrações financeiras POC afectou positivamente o resultado do exercício em 0,7 milhões de euros (0,6 milhões de euros no 1º. semestre de 2004).

Para além destes ajustamentos, é importante mencionar que em IFRS não existem resultados extraordinários, pelo que o montante registado anteriormente em POC, incluindo mais e menos-valias realizadas na alienação de investimentos financeiros, foi reclassificado para resultados operacionais.

O detalhe dos principais ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido atribuível à empresa-mãe do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, é como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	31.12.2004	30.06.2004
Abate de imobilizações incorpóreas	11 781 313	6 165 978
Abate de imobilizações corpóreas	742 233	85 483
Inclusão de empresas anteriormente excluídas	2 213 827	1 339 104
Método de consolidação proporcional		91 208
Valorimetria de stocks	- 2 907 522	- 2 904 248
Diferenças de consolidação negativas	1 391 264	1 391 264
Outros	145 743	787 968
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	<u>13 366 858</u>	<u>6 956 757</u>

Ao nível da demonstração de fluxos de caixa os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos, as quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para despesas operacionais.



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº 1067

Capital Social: 700 000 000 euros

Pessoa Colectiva nº 500 204 128

Sociedade Aberta

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

JANEIRO A JUNHO DE 2005

SEGUNDO AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS		POC
		30.06.2005	31.12.2004	31.12.2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	3	577 503	581 423	555 664
Investimentos	4	679 933 901	699 750 839	699 750 839
Impostos diferidos activos	7		2 048	
Outros activos não correntes	5	858 294 675	613 151 634	600 290 873
Total de activos não correntes		1538 806 080	1313 485 945	1300 597 376
ACTIVOS CORRENTES:				
Outros activos correntes	6	13 304 124	2 854 139	15 682 934
Investimentos	4		3 606 073	3 606 073
Caixa e equivalentes de caixa	8	30 258 895	30 804 585	30 788 744
Total de activos correntes		43 563 019	37 264 797	50 077 751
TOTAL DO ACTIVO		1582 369 099	1350 750 742	1350 675 127
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	9	700 000 000	700 000 000	700 000 000
Reservas e resultados transitados		313 456 605	312 061 070	312 231 567
Resultado líquido do período		-69 661 839	1 395 535	1 373 694
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		943 794 766	1013 456 605	1013 605 260
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos bancários	10	31 250 000		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	10	380 708 602	80 000 000	80 000 000
Outros passivos não correntes	11		35 411 751	35 411 751
Impostos diferidos passivos	7		176 490	
Total de passivos não correntes		411 958 602	115 588 241	115 411 751
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos bancários	8 e 10	6 251 927	23 251	7 410
Outros passivos correntes	12	220 363 805	221 682 645	221 650 706
Total de passivos correntes		226 615 732	221 705 896	221 658 116
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1582 369 099	1350 750 742	1350 675 127

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

Notas	IFRS				POC
	30.06.2005	2º. Trim. 2005 (a)	30.06.2004	2º. Trim. 2004 (a)	30.06.2004
Proveitos operacionais:					
Prestações de serviços	1 464 181	686 146	485 998	485 998	485 998
Outros proveitos operacionais	18 515	7 519	157 261	157 261	157 261
Total de proveitos operacionais	1 482 696	693 665	643 259	643 259	643 259
Custos operacionais					
Fornecimentos e serviços externos	1 305 023	908 641	470 347	365 926	470 230
Custos com o pessoal	1 489 439	864 061	574 256	574 256	574 256
Amortizações e depreciações	10 720	5 357	11 013	9 252	45 509
Provisões e perdas por imparidade	74 685 976	74 685 976	400 905	400 905	
Outros custos operacionais	247 092	181 179	264 601	170 861	291 359
Total de custos operacionais	77 738 250	76 645 214	1 721 122	1 521 200	1 381 354
Resultados operacionais	- 76 255 554	- 75 951 549	- 1 077 863	- 877 941	- 738 095
Resultados financeiros	5 853 604	2 561 279	430 755	184 782	56 491
Resultados relativos a investimentos	565 696				
Resultado antes de impostos	- 69 836 254	- 73 390 270	- 647 108	- 693 159	- 681 604
Imposto sobre o rendimento	16	- 174 415	1 375	11	
Resultado depois de impostos	- 69 661 839	- 73 215 855	- 648 483	- 693 171	- 681 604
Resultados de operações em descontinuação após impostos					
Resultado líquido do período	- 69 661 839	- 73 215 855	- 648 483	- 693 171	- 681 604
Resultado do período por acção					
Excluindo operações em descontinuação					
Básico	17	- 0,498	- 0,523	- 0,006	- 0,007
Diluído	17	- 0,498	- 0,523	- 0,006	- 0,007

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

a) Valores calculados por referência à demonstração de resultados do primeiro trimestre do respectivo ano, não auditada

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Capital Social	Prémios de Emissão	Reservas			Resultado líquido	Total
			Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	700 000 00€	135 339 04€	9 695 354	167 026 668		1 395 535	1 013 456 60€
Aplicação do resultado de 2004:							
Transferência para reserva legal							
Dividendos distribuídos							
Transferência para resultados transitados							
Aquisição/(Alienação) de acções próprias			69 777	1 325 758		- 1 395 535	
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros:							
de cobertura, líquido de imposto							
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor							
dos instrumentos financeiros de cobertura							
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros:							
disponíveis para venda							
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor							
dos investimentos financeiros disponíveis para venda							
Resultado líquido do período findo a 30 de Junho de 2005						- 69 661 83€	- 69 661 839
Outros							
Saldo em 30 de Junho de 2005	700 000 00€	135 339 04€	9 765 13€	168 352 426		- 69 661 83€	943 794 766
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	500 000 00€	135 339 04€	3 297 117	173 424 905 1)			812 061 070
Aplicação do resultado de 2003:							
Transferência para reserva legal							
Dividendos distribuídos							
Transferência para resultados transitados							
Aquisição/(Alienação) de acções próprias			6 398 237	- 6 398 237			
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros:							
de cobertura, líquido de imposto							
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor							
dos instrumentos financeiros de cobertura							
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros:							
disponíveis para venda							
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor							
dos investimentos financeiros disponíveis para venda							
Resultado líquido do período findo a 30 de Junho de 2004						- 648 483	- 648 483
Outros							
Saldo em 30 de Junho de 2004	500 000 00€	135 339 04€	9 695 354	167 026 668		- 648 483	811 412 587

1) Dado a conversão das contas para IAS/FRS ter sido efectuada à data de 01.01.2004, não existe informação sobre o resultado proveniente do exercício de 20

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 30 DE JUNHO DE 2004
(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>30.06.2005</u>	<u>30.06.2004</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>- 2 208 197</u>	<u>- 3 680 294</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		88 341 266	23 988 090
Imobilizações corpóreas e incorpóreas			
Dividendos			
Juros e proveitos similares		<u>1 209 275</u>	<u>19 634 954</u>
		<u>89 550 541</u>	<u>43 623 044</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos			15 166 055
Investimentos financeiros		384 860 969	33 677 472
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		7 203	134 190
Outros			
		<u>384 868 172</u>	<u>33 811 662</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>- 295 317 631</u>	<u>9 811 382</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		37 500 000	28 055 432
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão			
Venda de acções (quotas) próprias			
Outros		<u>300 708 602</u>	
		<u>338 208 602</u>	<u>28 055 432</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		30 870 863	5 000 008
Juros e custos similares		12 252 943	11 965 105
Reduções de capital e prestações suplementares			
Dividendos			
Aquisições de acções (quotas) próprias			
Outros		<u>- 1 916 667</u>	
		<u>41 207 139</u>	<u>16 965 113</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>297 001 463</u>	<u>11 090 319</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>- 524 365</u>	<u>2 055 352</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	<u>30 781 334</u>	<u>39 907 775</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	<u>30 256 969</u>	<u>41 963 127</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A. (“Empresa”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1096, 4470-909 Maia, Portugal.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 19, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).



As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis por esta e se possam medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de “Software” são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.



As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos.

2.4. Locações

Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.5. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.



A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.6. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.12. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer num prazo inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a sociedade tem intenção e capacidade de os manter até essa data.



Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do período.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.



c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.6. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

2.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.



Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis da sociedade de acordo com as regras fiscais, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.



Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.16. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de imobilizações corpóreas e incorpóreas e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de Outros proveitos operacionais e Outros custos operacionais.

2.17. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.18. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.



3. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações Corpóreas				
	Terrenos e Edifícios	Equipamentos	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizado Corpóreo em Curso
Activo Bruto:				Total Corpóreo
Saldo Inicial		148 268		472 475
Investimento				7 203
Desinvestimento		427		427
Transferências				
Variações cambiais				
Saldo Final		147 841		479 678
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:				
Saldo Inicial		93 215		93 215
Depreciações do período		4 502		4 502
Desinvestimento		25		25
Transferências				
Variações cambiais				
Saldo Final		97 692		97 692

Imobilizações Incorpóreas			
	Despesas de Desenvolvimento	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilização Incorpóreas em Curso
Activo Bruto:			Total Incorpóreo
Saldo Inicial	62 187		62 187
Investimento			
Desinvestimento			
Transferências			
Variações cambiais			
Saldo Final	62 187		62 187
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:			
Saldo Inicial	8 292		8 292
Depreciações do período	6 219		6 219
Desinvestimento			
Transferências			
Variações cambiais			
Saldo Final	14 511		14 511



4. INVESTIMENTOS

Em 30 de Junho de 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	Correntes	Não correntes
Investimentos em empresas do grupo		
Saldo inicial		699 732 917
Aquisições durante o semestre		57 260 969
Alienações durante o semestre		2 391 931
Saldo final		754 601 955
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)		74 685 976
Valor líquido dos investimentos em empresas do grupo		679 915 979
Investimentos disponíveis para venda		
Saldo inicial		17 922
Aquisição durante o semestre		
Alienações durante o semestre		
Efeito da conversão câmbial		
Saldo final		17 922
Perdas de imparidade acumuladas		17 922
Valor líquido dos investimentos disponíveis para venda		
Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados		
Saldo inicial	3 606 073	
Alienações durante o trimestre	3 606 073	
Saldo final		679 933 901

A perda de imparidade acumulada registada respeita à participação financeira na Socelpac, SGPS, S.A., conforme abaixo mencionado.

Em 30 de Junho de 2005, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas do Grupo e Associadas:

Sociedade	% de Participação	Custo Aquisição	Euros	
			Capitais Próprios	Resultados Período
			30.06.05	2005
Ecociclo - Energia e Ambiente, S. A.	100	631 267	521 003	69 277
Euroresinas - Indústrias Químicas, S. A.	100	5 204 481	6 004 687	631 023
Ipaper - Indústria Papeis Impregnados, SA	49	509 144	128 264	- 15 013
Maiequipa, Gestão Florestal, S. A.	100	3 087 698	577 737	43 005
Movelpartes - Comp. Para Ind. de Mobil. , S. A.	100	4 437 197	5 573 252	286 979
Resoflex - Mobil. e Equipam. de Gestão, S. A.	100	3 742 916	3 164 912	- 191 913
Sonae Indústria de Revestimentos, S. A.	99,98	38 548 932	38 280 564	4 141 477
Socelpac, SGPS, S. A.	100	120 000 000	45 314 024	380 586 a)
Sonae - Serviços de Gestão, S. A.	100	2 000 000	1 917 372	298 794
Sonae Indústria Brasil, Lda	100	490 252	244 069	450
Sonaegest Soc. Gest. Fundos Imobiliários, S. A.	20	159 615	1 386 651	- 7 776
Tafisa - Tableros de Fibras, S. A.	83,82	514 937 660	155 607 571	1 231 457
Aglomera - Soc.Ind.de Madeira Aglomerada,S.A.	99,84	56 805 000	56 635 894	409 309

a) Em resultado de alteração nas circunstâncias associadas à actividade da Socelpac, SGPS, SA, estimou-se que o montante pelo qual o valor da participação financeira nesta



sociedade se encontrava registado era superior à sua quantia recuperável, pelo que foi reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade (Nota 13).

Durante o período a sociedade adquiriu a Agloma – Soc.industrial da Madeira Aglomerada,S.A à Tafiber – Tableros de Fibras S.L. pelo montante de 56.800.000 € em Junho de 2005, procedeu à cobertura de prejuízos na Ecociclo – Energia e Ambiente,S.A. no montante de 460.968,74 € em Maio de 2005 e alienou 1.850.000 acções da Tafisa – Tableros de Fibras em Bolsa em Fevereiro de 2005.

5. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Empréstimos Concedidos a Empresas Associadas	858 695 580	613 552 539
Outros Empréstimos Concedidos		
Clientes e Outros Devedores		
Estado e Outros entes Públicos		
Outros Activos não Correntes		
	858 695 580	613 552 539
Perdas de Imparidade Acumuladas (Nota 13)	400 905	400 905
	858 294 675	613 151 634

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo têm vencimento de médio e longo prazo e vencem juros à taxa média de 3,4%.

6. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Clientes	579 656	449 868
Estado e Outros entes Públicos	427 336	338 955
Outros devedores	82 065	79 814
Outros Activos Correntes	12 215 066	1 985 501
	13 304 124	2 854 139
Perdas de Imparidade Acumuladas (Nota 13)		
	13 304 124	2 854 139



O saldo da rubrica “Outros activos correntes” inclui essencialmente juros vencidos por liquidar relativos a suprimentos concedidos a empresas participadas (Nota 5).

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	30-06-05	31-12-04	30-06-05	31-12-04
Homogenização de Provisões				176 463
Anulação de imobilizações incorpóreas		2 048		
Outros impostos diferidos		<u>2 048</u>		<u>176 463</u>

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Numerário	700	700
Depósitos bancários	361 332	1 297 106
Aplicações de tesouraria	<u>29 896 863</u>	<u>29 506 779</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	30 258 895	30 804 585
Descobertos bancários	<u>1 927</u>	<u>23 251</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>30 256 969</u>	<u>30 781 334</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

9. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 140 000 000 de acções ordinárias, ao portador e escriturais, com o valor nominal de 5 euros .

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2005:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Sonae SGPS, S. A.	97,02 %



10. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	30.06.05				31.12.04			
	Custo amortizado		Valor Nominal		Custo amortizado		Valor Nominal	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários	6 250 000	31 250 000	6 250 000	31 250 000				
Empréstimos obrigacionistas		380 708 602		385 000 000		80 000 000		80 000 000
Outros empréstimos								
Descobertos bancários	1 927		1 927		23 251		23 251	
Endividamento bruto	6 251 927	411 958 602	6 251 927	416 250 000	23 251	80 000 000	23 251	80 000 000
Emprést. conc. empr. associadas								
Outros empréstimos concedidos								
Investimentos					3 606 073		3 606 073	
Caixa e equiv. caixa no balanço								
Endividamento líquido	6 251 927	411 958 602	6 251 927	416 250 000	-3 582 822	80 000 000	-3 582 822	80 000 000
Endividamento líquido total	418 210 529		422 501 927		76 417 178		76 417 178	

Os empréstimos são reembolsáveis nos seguintes anos:

	30.06.05	31.12.04
2 004		
2 005	3 126 927	23 251
2 006	6 250 000	
2 007	6 250 000	
2 008	105 135 351	
2 009	85 358 281	80 000 000
2 010	154 578 027	
Após 2010	57 511 943	
	418 210 529	80 023 251

Em 30 de Junho de 2004, os empréstimos contraídos resumem-se como segue:

a) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2004, emitido em 15 de Outubro de 2004, no valor de 80 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 5 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 87,5 bps e serão pagos semestralmente nos dias 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano;

b) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2005/2013, emitido em 31 de Março de 2005, no valor de 55 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo



de 8 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 87,5 bps e serão pagos semestralmente nos dias 31 de Março e 30 de Setembro de cada ano;

c) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2005/2008, emitido em 27 de Abril de 2005, no valor de 100 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 3 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 100 bps e serão pagos semestralmente nos dias 27 de Abril e 27 de Outubro de cada ano;

d) Empréstimo obrigacionista Sonae Indústria 2005/2010, emitido em 27 de Abril de 2005, no valor de 150 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 5 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 110 bps e serão pagos semestralmente nos dias 27 de Abril e 27 de Outubro de cada ano;

e) Durante o primeiro semestre de 2005 foi transferido para a Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A. um contrato de financiamento celebrado em 2001 pela Sonae, S. G. P. S., S. A. com o Banco Europeu de Investimentos, no valor de 50 000 000 euros. Este empréstimo vence juros semestrais, indexados à taxa de mercado, e será reembolsado em 16 prestações consecutivas. À data de 30 de Junho de 2005 o valor do empréstimo totalizava 37 500 000 euros.

11. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2004 o saldo da rubrica “Outros passivos não correntes” respeita a suprimientos de accionistas liquidados no primeiro semestre de 2005.

12. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	30.06.05	31.12.04
Fornecedores	436 720	517 576
Empresas participadas e participantes	213 599 596	218 730 505
Outros credores	700 017	700 009
Estado e outros entes públicos	133 696	521 783
Custos a pagar	5 493 776	1 212 772
	<u>220 363 805</u>	<u>221 682 645</u>



13. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 4)		74 685 976		74 685 976
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 5)	400 905			400 905
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos correntes (Nota 6)				
Provisões				
	<u>400 905</u>	<u>74 685 976</u>		<u>75 086 881</u>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

14. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	30.06.05	31.12.04
Responsabilidades por garantias prestadas		
1º Repartição de Finanças da Maia	357 258	357 258
Banco Europeu Investimento - Glunz	119 000 000	119 000 000
Banco Europeu Investimento - Isoroy	37 500 000	
Unibanco - União Bancos Brasileiros, S.A	3 888 889	3 888 889
ABN	1 947 360	
Siempelkamp	1 750 000	1 750 000
	<u>164 443 507</u>	<u>127 307 371</u>

15. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Os compromissos financeiros não reflectidos no balanço à data de 30 de Junho de 2005 são os seguintes:

A responsabilidade por rendas vincendas de contratos de locação operacional à data de 30 de Junho de 2005 atingia o valor de 180.665 euros.



16. **IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	30.06.05	30.06.04
Imposto corrente		
Imposto diferido	- 174 415	1 375
	- 174 415	1 375

17. **RESULTADOS POR ACÇÃO**

Os resultados por acção do período, excluindo o efeito das operações em descontinuação, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	30.06.05	30.06.04
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	5 024 137	- 648 483
Efeito das acções potenciais Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)		
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	5 024 137	- 648 483
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	140 000 000	100 000 000
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	140 000 000	100 000 000

Durante o período não se registaram resultados significativos referentes a operações em descontinuação.

18. **APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Comissão de Auditoria e Finanças por delegação de poderes do Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de Setembro de 2005.



19. **PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS”**

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhada como segue:

ACTIVO	Ajustamentos conversão			Ajustamentos conversão		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
	01.01.2004	01.01.2004	01.01.2004	31.12.2004	31.12.2004	31.12.2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	24 689	1 677	26 366	555 664	25 759	581 423
Propriedades de investimento						
Diferenças de consolidação						
Investimentos	685 589 455		685 589 455	699 750 839		699 750 839
Impostos diferidos activos					2 048	2 048
Outros activos não correntes	310 836 570		310 836 570	600 290 873	12 860 761	613 151 634
Total de activos não correntes	996 450 714	1 677	996 452 391	1300 597 376	12 888 568	1313 485 945
ACTIVOS CORRENTES:						
Existências						
Outros activos correntes	96 008 445		96 008 445	15 682 934	-12 828 795	2 854 139
Investimentos	3 606 073		3 606 073	3 606 073		3 606 073
Caixa e equivalentes de caixa	46 252 673		46 252 673	30 788 744	15 841	30 804 585
Total de activos correntes	145 867 191		145 867 191	50 077 751	-12 812 954	37 264 797
TOTAL DO ACTIVO	1142 317 905	1 677	1142 319 582	1350 675 127	75 614	1350 750 742
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	500 000 000		500 000 000	700 000 000		700 000 000
Acções Próprias						
Reservas e Resultados Transitados	184 266 825	- 174 880	184 091 945	312 231 567	- 170 497	312 061 070
Resultado líquido do período	127 964 741		127 964 741	1 373 694	21 841	1 395 535
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	812 231 566	- 174 880	812 056 686	1013 605 260	- 148 656	1013 456 605
PASSIVO:						
PASSIVOS NÃO CORRENTES:						
Empréstimos bancários de longo prazo						
Empréstimos por obrigações não convertíveis				80 000 000		80 000 000
Outros passivos não correntes	214 053 790		214 053 790	35 411 751		35 411 751
Impostos diferidos passivos		176 557	176 557		176 490	176 490
Total de passivos não correntes	214 053 790	176 557	214 230 347	115 411 751	176 490	115 588 241
PASSIVOS CORRENTES:						
Empréstimos bancários de curto prazo				7 410	15 841	23 251
Outros passivos correntes	116 032 549		116 032 549	221 650 706	31 939	221 682 645
Total de passivos correntes	116 032 549		116 032 549	221 658 116	47 780	221 705 896
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	1142 317 905	1 677	1142 319 582	1350 675 127	75 614	1350 750 742



Adicionalmente, o efeito no Balanço em 30 de Junho de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

ACTIVO	Ajustamentos conversão		
	POC 30.06.2004	IFRS 30.06.2004	IFRS 30.06.2004
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	788 529	36 175	824 704
Propriedades de investimento			
Diferenças de consolidação			
Investimentos	701 834 358	6	701 834 365
Impostos diferidos activos		3 073	3 073
Outros activos não correntes	318 922 977		318 922 977
Total de activos não correntes	1021 545 864	39 254	1021 585 119
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências			
Outros activos correntes	87 251 505		87 251 505
Investimentos	3 606 073		3 606 073
Caixa e equivalentes de caixa	38 357 054		38 357 054
Total de activos correntes	129 214 632		129 214 632
TOTAL DO ACTIVO	1150 760 496	39 254	1150 799 750
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	500 000 000		500 000 000
Acções Próprias			
Reservas e Resultados Transitados	312 231 567	- 170 497	312 061 070
Resultado líquido do período	- 681 604	33 121	- 648 483
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	811 549 963	- 137 376	811 412 587
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos bancários de longo prazo			
Empréstimos por obrigações não convertíveis			
Outros passivos não correntes	225 734 815		225 734 815
Impostos diferidos passivos		176 630	176 630
Provisões			
Total de passivos não correntes	225 734 815	176 630	225 911 445
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos bancários de curto prazo			
Outros passivos correntes	113 475 718		113 475 718
Provisões			
Total de passivos correntes	113 475 718		113 475 718
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	1150 760 496	39 254	1150 799 750



O efeito na Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2004 e em 30 de Junho de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	POC	Ajustamentos conversão IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos conversão IFRS	IFRS
	31.12.2004	31.12.2004	31.12.2004	30.06.2004	30.06.2004	30.06.2004
Proveitos operacionais:						
Vendas						
Prestações de serviços	2 431 966		2 431 966	485 998		485 998
Varição de valor das propriedades de investimento						
Outros proveitos operacionais	668 759	12 505	681 264	157 261		157 261
Total de proveitos operacionais	3 100 726	12 505	3 113 230	643 259		643 259
Custos operacionais						
Custo das vendas						
Varição da produção						
Fornecimentos e serviços externos	1 465 555		1 465 555	470 230	117	470 347
Custos com o pessoal	1 506 168		1 506 168	574 256		574 256
Amortizações e depreciações	41 334	- 11 569	29 765	45 509	- 34 496	11 013
Provisões e perdas por imparidade		400 905	400 905		400 905	400 905
Outros custos operacionais	1 324 448	- 115 847	1 208 601	291 359	- 26 758	264 601
Total de custos operacionais	4 337 504	273 490	4 610 994	1 381 354	339 768	1 721 122
Resultados operacionais	-1 236 778	- 260 985	-1 497 764	- 738 095	- 339 768	-1 077 863
Custos e perdas financeiras	13 850 465	- 285 087	13 565 378	7 688 109	- 400 905	7 287 204
Proveitos e ganhos financeiros	16 466 495		16 466 495	7 744 600	- 26 641	7 717 959
Resultado antes de impostos	1 379 252	24 102	1 403 353	- 681 604	34 496	- 647 108
Imposto sobre o rendimento	5 558	2 260	7 818		- 1 375	- 1 375
Resultado depois de impostos	1 373 694	26 362	1 395 535	- 681 604	33 121	- 648 483

Amortizações – imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os ajustamentos efectuados a nível das amortizações referem-se à utilização de taxas de amortização económicas em detrimento das taxas utilizadas nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o POC, as quais apresentam as taxas aceites para fins fiscais.

Para além destes ajustamentos, é importante mencionar que em IFRS não existem resultados extraordinários uma vez que estes foram reclassificados para resultados operacionais.

Para além disso foram reclassificados como custos financeiros em IFRS o imposto de selo relacionado com operações financeiras e a provisão criada para investimentos financeiros foi em IFRS reclassificada para Provisões e perdas de imparidade.

INFORMAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento da CMVM n.º 04/2004, declaramos ter recebido a seguinte informação:

		Aquisições		Alienações		Saldo em
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2005
						Quantidade
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Imparfin, SGPS, SA (2)						150.000
Sonae, SGPS, SA						14.901
Sonae.com, SGPS, SA						75.537
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (3)						150.000
Sonae, SGPS, SA						360.591
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	09.05.2005	83.105	0			
Sonae.com, SGPS, SA						315.795
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.04.2005	36.828	0			
Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar						
Sonae, SGPS, SA						10.620
Jose Antonio Comesaña Portela						
Tableros de Fibras, S.A.						57.024
Rui Manuel Gonçalves Correia						
Sonae, SGPS, SA						35.000
Tableros de Fibras, S.A.	22.04.2005	100	1,28			100
		Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2005
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						949.983.715
Pareuro, BV (3)						20.000
(3) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA						108.820.695
(2) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						4.105.273

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento da CMVM n.º 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 30 de Junho de 2005:

Accionista	Nº de Acções	% Direitos de voto
Sonae, SGPS, SA	135.832.446	97,02%

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

**Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor
registado na CMVM sobre a Informação Semestral em
30 de Junho de 2005**

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADA POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. ("Empresa") incluída: no Relatório de Gestão, nos Balanços Consolidado e Individual (que evidenciam um total de 1.722.710.170 Euros e 1.582.369.099 Euros, respectivamente, e capitais próprios consolidados e individuais de 510.829.499 Euros e 943.794.766 Euros respectivamente incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 23.158.532 Euros e um resultado líquido individual negativo de (69.661.839) Euros), nas Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira consolidada e individual adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas filiais.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada e individual que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado e individual das suas operações, das alterações no capital próprio consolidado e individual e dos seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira baseada no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

A expressão "Deloitte" refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. A Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em aproximadamente 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade limitada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500 000,00 euros NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11 743
Sede: edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

- Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

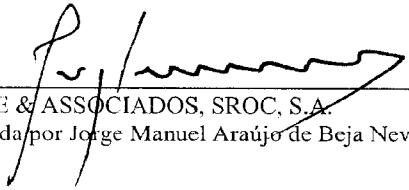
Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada e individual do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 referida no parágrafo 1 acima da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. Conforme divulgado nas Notas 2.1 dos Anexos consolidado e individual, a Empresa adoptou, pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IAS/IFRS). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IAS/IFRS, para efeitos de comparabilidade. Na preparação das demonstrações financeiras semestrais anexas foi seguida a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar, e incluíram-se nas Notas 30 e 19 dos Anexos consolidado e individual, respectivamente, as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia.
10. O nosso Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral Consolidada com data de 31 de Agosto de 2004, emitido sobre as demonstrações financeiras consolidadas semestrais da Empresa, em 30 de Junho de 2004, preparadas de acordo com as normas contabilísticas previstas no POC, inclui uma reserva por desacordo quanto ao efeito da política contabilística adoptada para registar as diferenças de consolidação. No processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, referido no parágrafo anterior, a Empresa alterou aquela política, tendo os efeitos dessa alteração sido incluídos nos ajustamentos de transição descritos na Nota 30 do Anexo consolidado, pelo que aquela reserva deixa de ser aplicável relativamente àquelas demonstrações financeiras reexpressas. Adicionalmente, aquele relatório incluía uma ênfase sobre as incertezas relativas à realização de activos por impostos diferidos registados em algumas subsidiárias estrangeiras, a qual deixou de ser aplicável face à actual expectativa de recuperação destes activos, através de operações de reestruturação e da actividade operacional futuras.

Porto, 26 de Setembro de 2005


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves